Filipe de Araújo Martins

Uma Paz (in)sustentável? A importância do ambiente na violência e na (re)construção da paz à luz do caso afegão

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais: Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada por

Sofia José Santos e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Julho 2018

· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Filipe de Araújo Martins

Uma Paz (in)sustentável? A importância do ambiente na violência e na (re)construção da paz à luz do caso afegão

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof. Doutora Sofia José Santos

Coimbra, 2018

AGRADECIMENTOS

À minha família por sempre me ter posto em primeiro lugar apesar de todas as dificuldades - é graças ao seu esforço que esta dissertação se concretiza.

À minha orientadora, Dr.ª Sofia José Santos, por todo o apoio, dedicação e conselhos valiosos.

À CC por sempre ter visto mais em mim do que eu. Aos meus amigos e amigas pelos longos (e desesperados) desabafos.

Ao Corentin por sempre ter um quadrado de chocolate para mim.

قد تكون كابول دون ذهب ، ولكن قد لا يكون دون الثلج

"Que Cabul fique sem ouro, mas nunca sem neve."

– Provérbio afegão

"La utopía está en el horizonte. Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. ¿Entonces para qué sirve la utopía? Para eso, sirve para caminar."

– Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in 'Las palabras andantes?', 1994

"L'écriture est l'urgence du sens. "

– Daniel Vidal, La sociologie dans son écriture, 1985

RESUMO

Esta dissertação procura trazer luz sobre a importância de uma abordagem centrada no meio ambiente ao modelo de (re)construção da Paz das Nações Unidas. Para a construção da crítica ao modelo atual, procurou-se estabelecer primeiro um panorama teórico dos Estudos da Paz e da Segurança atuais. Será com com a interligação do conceito de novas guerras ao de segurança humana que se procura explicar o papel crescente da comunidade internacional na intervenção em países alvo de conflitos violentos. Este é operacionalizado através do modelo de construção da Paz das Nações Unidas. Ora, o modelo atual falha em ter em conta o impacto do meio ambiente nos territórios em conflito. Com efeito, o meio ambiente é uma vítima de primeira ordem da guerra levando à destruição do tecido socioeconómico, à redução da biodiversidade e impactando a saúde humana. Contudo, o meio ambiente encerra também um potencial para a Paz positiva e permitindo também estabelecer dinâmicas positivas de cooperação. O estudo de caso do Afeganistão mostra como os vários conflitos particularmente violentos e prolongados tiveram consequências devastadoras sobre o meio ambiente e como a atuação da comunidade internacional ficou aquém das expectativas e do necessário para garantir uma Paz e Segurança na sua totalidade. As consequências das alterações climáticas que se farão sentir com maior gravidade no futuro vêm apenas reforçar a necessidade de estabelecer um pilar ambiental no modelo de (re)construção dos países vitimados por conflitos.

Palavras-chave: paz positiva; guerra; meio ambiente; recursos naturais; segurança humana

ABSTRACT

This dissertation seeks to shed light on the importance of an environmentally focused approach to the United Nations (re)construction model of peace. In order to construct the critique of the current model, we first sought to establish a theoretical panorama of the current Peace and Security Studies. It will be with the interconnection of the concept of new wars to that of human security that seeks to explain the growing role of the international community in intervening in countries facing violent conflicts. This is operationalized through the United Nations Peacebuilding model. The current model fails to take into account the impact of the environment on the conflicting territories. In fact, the environment is a first-class victim of the war, leading to the destruction of the socio-economic fabric, the reduction of biodiversity and the impact on human health. However, the environment also has a potential for a positive Peace and also allows for positive dynamics of cooperation. The case study from Afghanistan shows how the many particularly violent and protracted conflicts have had devastating consequences on the environment and how the international community's performance has fallen short of expectations to ensure the necessary full Peace and Security. The consequences of climate change that will be felt more seriously in the future only reinforce the need to establish an environmental pillar in the model of (re) construction of countries victimized by conflict.

Keywords: positive peace; war; environment; natural resources; human security

ÍNDICE

Introdução.....1

Capitulo 1 - Das novas guerras às novas pazes liberais……...……9

1.1. As "novas guerras" e as dinâmicas da conflitualidade na periferia..... 10

1.2. Segurança do quê e para quem? O paradigma da Segurança Humana……15

1.3 O modelo de peacebuilding: A construção de uma Paz Sustentável e o "fordismo" das Nações Unidas..... .18

1.4 O que fica de fora? Recuperar o potencial emancipatório da segurança e da paz….....23

Capítulo 2 – Dinamicas ambientais da Paz e dos Conflitos.....26

2.1 Da ecologia política: o meio ambiente como causa de violências, inseguranças e guerra ……....……..27

2.2 O impacto ambiental dos conflitos violentos…….....…….…….28

2.3. Os impactos da destruição ambiental na saúde pública…….....……32

2.4 O papel do meio ambiente na construção da segurança humana e de uma paz (positiva) ambiental…….....…….…….35

2.5 O impacto das alterações climáticas: perspetivas……...……40

Capítulo 3 – O meio ambiente: a vitima esquecida do conflito afegao?.....43

3.1. Introdução ao Afeganistão: um país de contrastes…….....……..44

3.2 A violência no Afeganistão em três ondas: de 1979 a 2014…….....……..46

3.3 O impacto da guerra no meio ambiente afegão…….....….…49

3.4 Que papel para o meio ambiente na reconstrução da Paz e da Segurança Humana?.....54

3.5 Novos velhos desafios: as alterações climáticas ….....…….57

Conclusão.....60

Referências Bibliográficas.....63

INTRODUÇÃO

O findar da Guerra Fria e da oposição este-oeste veio questionar a forma como a conflitualidade até então era percebida e analisada, tendo por perímetro a conflitualidade interestatal. Será no rescaldo desta mudança no sistema internacional que novas análises surgem e vêm questionar a centralidade do Estado enquanto ator. Mary Kaldor (1999) foi pioneira nesta análise, tendo vindo a pôr em destaque um novo tipo de violência organizada a que chamou "novas guerras" e onde as divisões entre guerra (definida como violência entre estados ou grupos organizados por motivos políticos), crime organizado (violência conduzida por grupos de organização privada, com objetivos privados – sobretudo ganhos financeiros) e violações massivas de Direitos Humanos (por parte dos Estados ou de grupos organizados) se tornam menos nítidas e mais entrelaçadas. (Kaldor, 1999: 2) Ademais, a esfera pública perde a dianteira no cenário da violência, sendo o espaço privado o principal palco e, em muitos cenários, a sociedade civil simultaneamente o principal ator e vítima. (Moura, 2005:79) As guerras de motivação ideológica do século XX foram substituídas por guerras que têm nos recursos económicos a sua principal *raison d'être,* levando ao desenvolvimento de economias políticas de guerra " baseadas na exploração e exportação de recursos naturais, cultivo e exportação de drogas, tráfico de armas, etc." que impactam o meio ambiente e estão integradas na economia regional e internacional, o que permite a prolongação dos conflitos violentos (Duffield, 1994:57 *apud* Pureza e Moura, 2005: 11). É neste contexto que se tornou cada vez mais difícil operar a diferença entre paz e guerra (Kaldor, 2001:143 *apud* Moura, 2005:80).

Desde 1973 que o Afeganistão vive num contexto securitizado de instabilidade política, com causas distintas (desde a intervenção da URSS à intervenção liderada pela NATO) por atores variados (desde os exércitos das potências externas como os Estados Unidos aos grupos rebeldes tais como os talibãs), mas cujas consequências permanecem inalteradas ao longo do tempo: violências (direta, estrutural e cultural) enraizadas (Goodson, 2001; International Crisis Group, 2003, 2011; Roy, 2004), vagas de deslocados internos e refugiados (UNHCR, 2015), destruição do tecido socioeconómico (OXFAM, 2009; USIP, 2015), e baixos níveis de desenvolvimento humano (PNUD, 2017).

São estas guerras que ocorrem a uma escala cada vez mais micro, mas com um impacto à escala global (Moura, 2005:81) num contexto de desbloqueio do Conselho de Segurança da ONU que levaram à redefinição da ação das Nações Unidas na periferia do

sistema internacional. Será com a publicação de *Uma agenda para a paz*, apresentada em 1992 pelo ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali e mais tarde com o Suplemento de *Uma agenda para a paz* em 1995, que, para fazer face aos novos desafios da paz e segurança internacionais, surge a (re)construção da Paz (*peacebuilding*), anunciada como a nova prioridade da organização (Cravo, 2017: 48) e definida como " uma ação para identificar e apoiar as estruturas que tenderão a reforçar e consolidar a paz de modo a evitar o retorno ao conflito" (Boutros-Ghali, 1992 *apud* Nascimento, 2014:8).

A preocupação que subjaz a esta nova orientação é a de adotar uma perspetiva mais alargada e multidimensional, o que levou à institucionalização de um modelo de construção da paz a que Oliver Ramsbotham (*apud* Cravo, 2017:50) chamou de "*UN's post-settlement peacebuilding standard operating procedure*". Na sua proposta, o modelo está subdivido em quatro dimensões interdependentes: a dimensão militar e de segurança, que procura reconstruir um poder político com a capacidade de se impor sobre os poderes políticos e militares restantes; a dimensão político-constitucional que visa uma transição política de modo a legitimar uma autoridade governamental, com a transferência das tensões entre grupos para o nível institucional; a dimensão socioeconómica que tenta reconstruir o tecido socioeconómico do país através da ajuda financeira internacional; e a dimensão psicossocial que busca a reconciliação das sociedades polarizadas pelo conflito. (Cravo, 2017:52).

O *peacebuilding consensus* que então surgiu no seio das organizações internacionais pautou-se pela reprodução de valores predominantemente aceites no ambiente pós-Guerra Fria dando destaque à ordem estatocêntrica, à integridade territorial e à procura de reformas políticas, económicas e sociais (Kemer *et all.,* 2016:140). A chamada Paz Liberal vem afirmar que a forma mais segura de se alcançar a paz é simultaneamente através de uma democracia liberal e de uma economia de mercado (Paris, 1997:56) através da implementação de um modelo padronizado. Contudo, o resultado das missões de construção de paz são dececionantes, com as soluções propostas a agravar os problemas em vez de os aliviar. (David, 1999:26). Se se tiver em conta as raízes profundas da conflitualidade, o intervencionismo na sua forma e conteúdo revelam-se incapazes de lhes fazer face, tendo privilegiado "direitos e instituições de natureza civil e política e negligenciado garantias económicas, sociais e culturais fundamentais". (Nascimento, 2014:4)

Se a vertente económico-social, político-institucional e psicossocial têm tido ampla cobertura por parte da literatura – tanto como elementos geradores e perpetuadores de violência, como enquanto áreas de atuação para a reconstrução – a vertente ambiental tem sido amplamente negligenciada ou secundarizada pela literatura académica e política, uma vez que integrada enquanto uma subsecção da área macro económico-social.

Esta dissertação pretende abordar a questão do meio ambiente e dos recursos naturais não apenas como elementos geradores e perpetuadores de violências, nomeadamente em contexto de guerra, mas sobretudo como *consequência* desta, e o subsequente papel central que estes podem e devem desempenhar na (re)construção da paz.

Puzzle de Investigação

Esta dissertação parte de 3 pressupostos distintos. Em primeiro lugar, entende que a Paz para ser sustentável e duradoura deve ser construída de uma forma holística, respeitando as especificidades locais, ainda que acomodando normas hegemónicas globais, e garantindo a sua segurança humana. Ou seja,

> "implica a existência de condições básicas estruturais, incluindo a ausência de violência física e psicológica organizada, a satisfação das necessidades básicas humanas e, no plano institucional, estruturas representativas e de partilha proporcional do poder e a promoção e proteção dos direitos humanos" (Lopes e Freire, 2008: 17).

Efetivamente, uma paz sustentável deve ser construída atacando as causas profundas dos conflitos ancoradas nas desigualdades socioeconómicas e políticas. Este entendimento da paz como uma paz positiva (Galtung, 1969), isto é, entendida como ausência simultânea da violência direta, estrutural e cultural, tem por corolário um entendimento da segurança que vai além da compreensão em que esta se define como segurança do Estado, o foco sendo a segurança humana, passando esta a ser um elemento constitutivo de uma paz sustentável e duradoura. Aqui, a segurança não pode nem deve ser entendida como segurança do Estado, sendo inclusive capaz de exercer o monopólio da violência legítima, mas sim entendida como ausência de ameaças, comprometida com a emancipação das pessoas, enquanto indivíduos e grupos, dos constrangimentos humanos e físicos que os impedem de escolher livremente o que fazer. (Booth,1991a: 319 *apud* Bilgin, 2008: 100) O conceito de Segurança Humana foi avançado pelo PNUD em 2004 no seu relatório anual sobre o Desenvolvimento Humano, assente em dois aspetos principais: *freedom from want* e *freedom from fear,* que se traduziram no alargamento do objeto de

segurança passando a englobar sete vertentes: económica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política (Bazzano, 2014: 43). Ora este alargamento do objeto de segurança justifica-se também pelo alargamento do seu referente: do Estado ao indivíduo, onde se passa a dar destaque à contingência da violência estrutural na emancipação estabelecendo uma relação causal clara entre segurança e desenvolvimento (Pureza, 2009:29) Assim, será apenas através do garante de uma segurança centrada no individuo e que englobe componentes que vão além da segurança física do mesmo, que será possível estabelecer uma Paz positiva (Galtung, 1996), indo também ela alem das compreensões tradicionais. Paz positiva e segurança humana assumem assim uma relação de alimentação recíproca, permitindo ao individuo realizar escolhas num contexto de ausência de violência direta, estrutural e cultural e de promoção de paz física, estrutural e cultural.

Em segundo lugar, a questão não é tanto se a comunidade internacional deve intervir ou não, mas o processo e resultado que sustentam e decorrem desta intervenção, tendo em conta o contexto particular de cada uma. (Nascimento, 2014:15-16). Assim, o objetivo deixa de ser a simples criação de Estados politicamente estáveis e organizados, mas "a transformação política, económica e social assente nas noções de justiça, inclusão e bem-estar económico." (Krause e Jutersonke, 2005 *apud* ibid). O problema da (re)construção da paz através da imposição de uma agenda externa que visa assegurar o Estado na sua compreensão vestefaliana e outros elementos do liberalismo internacional prende-se com a falta de legitimidade indígena que é característica das estruturas e mecanismos internacionais. Estes tomam a dianteira dos processos sem as comunidades serem encorajadas a refletir nas suas condições políticas e socioeconómicas e nas mudanças sociais apropriadas para as suas sociedades. (Conteh-Morgen, 2005:77-78) Ora, é exatamente graças à ação do *local* que se vê hoje surgir uma paz híbrida, nas palavras de Oliver Richmond e Audra Mitchell (2011: página), quando "as estratégias, as instituições e as normas das intervenções de construção da paz internacional, amplamente liberais e democráticas colidem com a vida cotidiana dos atores locais afetados pelos conflitos." É aqui, que vemos surgir uma paz fluída e não estática, num processo estabelecido através de interações continuadas no tempo, que leva a que os atores e as dinâmicas sejam moldados reciprocamente. Esta paz resulta das dinâmicas entre, por um lado, o incentivo e o consentimento das estruturas, redes e agentes da paz liberal e, por outro, da habilidade dos atores locais de ignorar e resistir à paz liberal, e de manter formas alternativas de construção da paz. (MacGinty, 2011:8-10) Sem consenso e consentimento locais, sem que

os cidadãos se apropriem da paz que está a ser construída, dificilmente esta tomará raízes. (Richmond, 2005:439) Será, por isso, apenas assim que será possível construir uma Paz em todos os níveis da sociedade, desde as elites ao cidadão comum, fundamentados nas escolhas subjetivas destes na construção de uma paz que é também subjetiva, ancorada nos valores e conhecimentos locais. Efetivamente, é reconhecendo a existência de entendimentos culturais distintos dos conflitos e da sua resolução, que através do esclarecimento, elucidação e aprimoramento feitos através da reflexão e do diálogo, se atingirá uma reconciliação sustentada e com futuro de paz (Lederach, 1997; Dietrich, 2013)

Em terceiro lugar, parte-se do pressuposto da importância do meio ambiente na resolução e prevenção de conflitos, na construção de uma paz positiva e na garantia da segurança humana, entendendo estas últimas como elementos de alimentação recíproca. Os assuntos ambientais têm vindo a ganhar relevo na agenda securitária, passando a haver uma compreensão crescente de como o meio ambiente impacta as populações. (Mcdonald, 2012: 4). Por um lado, em muitos países alvos de conflitos violentos prolongados, as populações dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência (Rotberg, 2010: 393), e estes foram excessivamente explorados ou destruídos (Caas, 2007: 47), hoje exacerbados pelas alterações climáticas (Smith e Vivekananda, 2007). Por outro, o meio ambiente pode desempenhar um papel importante na (re)construção da Paz, não só através da eliminação de potenciais fatores desencadeamento de conflitos violentos na luta por recursos naturais (Carbonnier e Wennmann, 2013) e na eliminação das insatisfações socioeconómicas (Nascimento, 2014), mas também na instituição de dinâmicas positivas de cooperação entre as partes conflituantes (EcoPeace Middle East, data) numa educação para a Cultura da Paz.[1]

Tendo como base estes três pressupostos, a pergunta de partida a que esta dissertação propõe responder é a seguinte: de que forma o meio ambiente constitui uma área central na construção da paz sustentável ao nível regional e local? Argumenta-se que os conflitos violentos têm um impacto importante na destruição do meio ambiente, através do esgotamento de recursos naturais, redução da biodiversidade, e aumento da poluição atmosférica, hídrica e do solo através da sua utilização excessiva e mal gerida, destruição de infraestruturas e do impacto da utilização do armamento militar. (DeWeert, 2008),

[1] Cultura da Paz é definida pela ONU como "um conjunto de valores, atitudes, formas de comportamento e modos de vida que rejeitam a violência e a previnem ao enfrentar as suas causas mais profundas para resolver problemas através do diálogo e da negociação entre indivíduos, grupos e nações" (Nações Unidas, 1998a; 1998b).

afetando a saúde publica, os recursos naturais e biodiversidade comuns e, por isso, devendo assumir uma posição central na reconstrução pós-conflito. Ainda que as Nações Unidas reconheçam os riscos climáticos como relevantes na (re)construção da paz, através de uma abordagem da Segurança Humana (Mason, 2014:1), as organizações envolvidas na (re)construção da paz ainda veem os desafios ambientais como secundários, no modelo aplicado em países alvo de conflito, existindo poucos exemplos onde estes desafios tenham sido abordados e completamente incluídos em acordos de Paz e nos esforços de (re)construção. (Rotberg, 2010: 392)

Ora, países alvo de conflitos violentos dependem essencialmente dos recursos naturais para a sua sobrevivência, e veem-se a braços com um meio ambiente cada vez mais incerto decorrente dos conflitos violentos, exacerbado por fenómenos naturais como secas e inundações (Rotberg, 2010: 393), que podem acentuar tensões através de instabilidade política incapazes de se adaptarem às condições adversas, dificuldades económicas que instigam reivindicações socioeconómicas, insegurança alimentar que desafia a possibilidade de residir nesse território traduzindo-se em migrações de larga escala colocando pressões noutros territórios (Smith e Vivekananda, 2007: 3)

Ademais, os esforços de (re)construção da Paz têm secundarizado o envolvimento das populações locais possuidoras de conhecimento de importantes padrões étnicos, culturais e de uso de recursos que são necessários para reconstruir instituições ambientais sustentáveis em contextos pós-conflito. (Rotberg, 2010: 410)

Objetivo

Esta dissertação tem por objetivo averiguar se os conflitos violentos atuam sobre o meio ambiente e os recursos naturais, explorando ao mesmo tempo como estes elementos são essenciais para a garantia da segurança humana e de uma paz positiva nas comunidades locais. Se as questões ambientais que englobam as instituições ambientais e as mudanças climáticas não estão adequadamente incluídas nas políticas globais de construção da paz, há riscos de conflitos violentos futuros e a instabilidade da paz por não terem em conta a dimensão ambiental nos direitos económicos, sociais e culturais (Nascimento, 2014),

Quadro teórico

O quadro teórico a privilegiar será aquele resultante de um cruzamento dos Estudos da Paz e dos Estudos da Segurança, através da aplicação do conceito de Segurança Humana na sua vertente de Segurança Ambiental ao conceito de *Peacebuilding*, o modelo de construção da Paz adotado pelas Nações Unidas. O primeiro conceito permitirá colocar em relevo uma abordagem multidimensional da segurança, através do alargamento do seu objeto passando a compreender ameaças económicas, ambientais, alimentares entre outras; e do seu referente, passando do Estado ao indivíduo. O segundo conceito permitirá dar um quadro de análise definido ao que sucedeu no pós-conflito, permitindo analisar com rigor as respostas dadas, visto que é um modelo institucionalizado.

A aplicação desta abordagem alargada do conceito de segurança ao modelo padronizado de intervenção das Nações Unidas em países alvos de conflitos violentos permitirá pôr em destaque as suas limitações no que concerne a sua intervenção no meio ambiente, quando cada vez mais a sua destruição revela não só desafios ao pilar económico-social do modelo, mas também da sustentabilidade do modelo em si, onde cada vez o ambiente é afetado pelos conflitos sem serem dadas respostas adequadas.

Metodologia

No que concerne a metodologia, será privilegiada uma abordagem interpretativa que, através do estudo de caso do Afeganistão, permitirá pôr em relevo como causas e consequências das dinâmicas de conflito e paz na sua interação com o meio ambiente, explorando também as contradições da própria intervenção de peacebuilding. Com uma abordagem essencialmente qualitativa, os dados recolhidos serão descritivos, numa análise indutiva dando destaque aos processos que culminam na argumentação exposta. Contudo, dado o meio ambiente ser o objeto de estudo, serão igualmente utilizados dados quantitativos na área das ciências naturais. A análise será documental, baseando-se em fontes primárias e secundárias como discursos, relatórios e artigos científicos

Em termos de estudo de caso, a escolha pelo caso do Afeganistão prende-se com o facto de este ser um país alvo de conflitos violentos prolongados, onde as causas destes não decorrem da presença de determinados recursos naturais e a luta por estes. Assim, é possível analisar como o conflito influenciou o meio ambiente, e não o contrário, e que respostas têm sido dadas, visto que a destruição ambiental foi um ponto levantado pela comunidade internacional. No caso afegão, a guerra civil iniciada em 1978 que viria a

contar com a intervenção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) até 1989, adquire proporções e contornos particulares a partir de 1992, quando deixa de ser uma guerra alimentada por potências externas no quadro geopolítico da Guerra Fria de oposição ideológica.

Num país cuja população é essencialmente rural e dependente da agropecuária, décadas de conflito e violência acopladas a secas e terramotos tiveram consequências nefastas tanto para a população como para o ambiente natural em si, resultando numa redução dos lençóis freáticos, secas em zonas anteriormente húmidas, perda generalizada de cobertura vegetal, erosão e perda de vida selvagem. A degradação ambiental e consequente vulnerabilidade climática acrescida, de acordo com um inquérito da Oxfam em 2008, são as principais razões para conflitos violentos a nível das comunidades (55%), pois a extração de recursos mal gerida e a colheita e caça ilegais levaram a uma redução drástica da produtividade da terra o que levou a disputas por esta e pela água (*apud* UNEP, 2013). Em consequência, os *stakeholders* destes recursos tornaram-se poderosos e capazes de exercer uma coerção violenta sobre os outros. Esta situação é explicativa também da crescente economia ilícita afegã assente na produção de ópio pelas comunidades rurais à procura de recursos económicos para garantirem o seu sustento o que, por sua vez, agrava a gestão da terra. Em busca da sua sobrevivência, este fenómeno levou a um êxodo rural, que colocou mais pressão sobre as zonas urbanas. Assim, o povo afegão é extremamente vulnerável às alterações climáticas. (UNEP, 2003; Schroder, 2014) e desde de 2001 que se tem assistido a um regresso dos refugiados e deslocados internos, mas que se vêm a braços com uma vulnerabilidade climática que não desapareceu (Burt, 2011:235).

Ora, desde 2002 que a comunidade internacional está presente em território afegão. Articulado com a então recém-criada Agência de Proteção Ambiental Nacional, a comunidade internacional tem participado ativamente na reconstrução ambiental pós-conflito, nomeadamente através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Banco Asiático de Desenvolvimento e diversas ONGs, tendo recebido em 2015 mais de 4 mil milhões de dólares em ajuda pública ao desenvolvimento (OCDE, 2016).

CAPÍTULO 1 - DAS NOVAS GUERRAS ÀS NOVAS PAZES LIBERAIS

"À medida que o Estado moderno dá forma a novos tipos de entidades políticas emergentes advindas de novos processos globais, também a guerra, como a concebemos, se torna um anacronismo." (Kaldor, 1999:15)

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem, desde a sua criação, como um dos seus objetivos principais garantir a segurança coletiva dos Estados no Sistema Internacional. Desde o seu período fundador que a oposição bipolar que opunha o bloco ocidental ao bloco do Leste era vista como a principal ameaça à segurança dos Estados assente numa ameaça iminente de um confronto nuclear. Ora, o final da Guerra Fria veio marcar uma alteração na forma como a guerra era percecionada e analisada. Com efeito, no âmbito da Teoria das Relações Internacionais, a análise da conflitualidade realizada pelo (neo)realismo e pelo institucionalismo liberal pautaram-se pelo estudo da guerra entre Estados e, na mira de uma catástrofe nuclear, a forma de evitá-la (Waltz, 1979; Keohane e Nye, 1977)

Este arcabouço teórico veio a ser posto em cheque pelo fim da Guerra Fria, pois, com o desbloqueio das Nações Unidas no Conselho de Segurança, a organização encontrava-se apta para agir no garante da segurança coletiva. Contudo, as ameaças não se centravam mais no centro do sistema-mundo, mas sim na sua periferia. A guerra não se sucedia, com a frequência esperada, entre Estados, mas sim no interior destes (Kaldor, 1999) Ainda que conscientes destas alterações, as ações levadas a cabo pelas Nações Unidas foram incapazes de assegurar a Paz no Sistema Internacional, enquanto esta fosse percecionada como ausência de violência direta.

O que os Estudos da Paz e o conceito de Segurança Humana (PNUD, 1994) têm realizado neste domínio é colmatar esta análise dando-lhe um cunho mais holístico, na medida em que a Paz não é mais entendida como ausência de violência direta, mas sim também estrutural e cultural (Galtung, 1969; 1996) e que, para a assegurar, a insegurança não pode

ser vistas apenas como oriunda de causas militares, nem que o objetivo da segurança seja a segurança dos Estados. Assim, estas abordagens permitem trazer uma análise mais construtiva e consentânea com uma paz positiva e uma garantia de segurança humana das populações que busque abordar as causas de conflitos violentos e prolongados no tempo, assim como formas de os resolver.

Deste modo, neste capítulo será apresentado o conceito de "novas guerras" de Mary Kaldor (1999; 2004), nomeadamente no impacto a nível de destruição do tecido socioeconómico, através do estabelecimento de uma economia politica de guerra. De seguida, será visto como as novas guerras são uma compreensão de uma insegurança multidimensional. Será visto com as Novas Guerras se encadeiam com o conceito de Segurança Humana que mostrará o alargamento deste conceito a setores não-militares, nomeadamente para esta dissertação o de segurança ambiental, e explica o papel crescente da comunidade internacional na intervenção em países alvo de conflitos violentos. Finalmente, esta é operacionalizada através do modelo de construção da Paz das Nações Unidas, salientando as principais críticas e atuais debates.

1.1. As "novas guerras" e as dinâmicas da conflitualidade na periferia

As "velhas guerras" – ou seja, as guerras interestatais clássicas do período moderno – assentes numa luta entre forças armadas estatais regulares por motivos geopolíticos e ideológicos, financiadas pelos Estados, e onde as batalhas eram encontros decisivos dissolveram-se (Kaldor, 2013) e coabitam hoje com outras formas de fazer a guerra que envolvem atores, agendas e dinâmicas diferenciadas. As "novas guerras" (conceito que pretende precisamente evidenciar a rutura e continuidade entre umas e outras) surgem num contexto de erosão da autonomia do Estado, ou mesmo da sua desintegração, perdendo o monopólio da violência legítima organizada (Kaldor, 1999). Dois processos contribuem para este fenómeno (Duffield, 2001: 164). Por um lado, a transnacionalização das forças militares que foi institucionalizada a partir da Guerra Fria e as varias conexões transnacionais entre forças armadas que se desenvolveram no pós-guerra. Por outro, a privatização da guerra. Mark Duffield (*ibidem*) vem mostrar como este processo de privatização da guerra resulta da globalização, afirmando que este fenómeno envolve a desconstrução e descentralização do poder e autoridade dos Estados-nação. Este fenómeno

permitiu o surgimento de novos centros de autoridade que, graças à liberalização dos mercados, foram capazes de forjar vínculos entre o local e o global. Efetivamente, o que se observa é que estas "novas guerras" ocorrem em situações nas quais as receitas do Estado diminuem devido à diminuição da atividade económica, aliadas ao disseminar da criminalidade e da corrupção sob a forma de crime organizado e do surgimento de grupos paramilitares, resultando na privatização da violência e na erosão da legitimidade política destes atores. (Kaldor, 1999: 4-5). É por isso que à medida que as diferenças entre guerra, crime organizado e violações de larga escala de Direitos Humanos se esbatem[2], as distinções entre o privado e o público, formal e informal, e local e global também. Para Duffield, estas novas guerras ou guerras em rede estão associadas a um processo de transformação social, essencialmente não liberal, onde surgem novas formas de autoridade e de regulação às quais novos direitos, legitimidade política e modos de acumulação e redistribuição estão associados (2001:140) Reno (1995b *apud ibid:* 175) argumentou que as entidades da guerra não devem ser vistas como uma indicação de um vazio soberano. Em vez disso, elas devem ser consideradas como formas de autoridade política não-estatais viáveis e inovadoras. A globalização deu aos atores locais a oportunidade de retrabalhar a natureza da autoridade política e experimentar as oportunidades criadas pela globalização.

Estas novas guerras são essencialmente diferentes nos seus objetivos e métodos de guerra. Quanto aos primeiros, os objetivos ideológicos e geopolíticos perdem a dianteira, tornando-se as políticas identitárias – reclamação do poder com base numa identidade particular seja ela nacional, étnica, religiosa ou linguística –o principal *leitmotiv.* Este processo é influenciado pela globalização, na medida em que esta permite uma mobilização política muito mais rápida advinda das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como a influência das diásporas. (Kaldor, 2004:6) Quanto aos métodos de guerra, e situando-se fundamentalmente ao nível sub-estatal ainda que com ramificações internacionais - as "novas guerras" dão uso simultaneamente às táticas de guerrilha e de contrainsurgência. O território é capturado através do controlo político das populações, evitando ao máximo as batalhas, preferindo retiradas estratégicas e colaborando com fações opostas na divisão do território. (*ibid*: 104) Mas em vez de conquistarem "*hearts*

[2] Mary Kaldor define guerra, crime organizado e violação de larga escala de Direitos Humanos, respetivamente, como violência entre estados ou grupos políticos organizados por motivos políticos; violência levada a cabo por grupos organizados privados por motivos privados, usualmente ganhos económicos,; e violência levada a cabo por Estados ou grupos politicamente organizados contra indivíduos. (1999:2)

and minds", utilizam as táticas de contrainsurgência para semear "ódio e medo" (*ibid*: 9). Com efeito, a ideologia deixa de ser importante, e é a adesão a um rótulo ou uma ideia que é essencial e, quem não adere, é eliminado numa busca pela homogeneidade. (*ibid*: 104). Como estão dependentes do medo contínuo das populações, tentam envolvê-las o máximo possível nas atrocidades cometidas, de modo a criarem uma cumplicidade partilhada (*ibid*: 106). Estas incluem livrarem-se de todos aqueles com uma identidade diferente, através do extermínio em massa, reassentamento forçado, ou técnicas de intimidação psicológica, social e económica que resultam num número crescente de refugiados e deslocados internos, bem como da inversão da proporção de baixas militares e civis, tornando-se estes últimos as principais vítimas destas guerras. (*ibid*: 9). Como afirma Kaldor, "aqueles que eram danos colaterais ilegítimos e indesejáveis das velhas guerras, tornaram-se centrais para o modo de combate das novas guerras." (*ibid*: 106)

Juntamente com estas "novas guerras", também novos atores surgem nestes conflitos. Mary Kaldor (2004: 98-102) divide-os em 5 categorias: forças armadas regulares ou remanescentes destas, grupos paramilitares, unidades de autodefesa, mercenários estrangeiros, e tropas estrangeiras regulares. As forças armadas regulares estão em diminuição sobretudo em zonas de conflito, devido a dinâmicas que as reduziram em número: uma motivação diminuída devido a cortes em gastos públicos militares – falta de equipamento, combustível e munições; e prestígio diminuído pela opinião pública relativamente às funções que desempenham. (*ibidem*) Muitas vezes, esta dinâmica resulta na fragmentação destas forças armadas, onde os comandantes locais se tornam senhores da guerra ou os soldados se dedicam a atividades criminais levando muitas vezes a ser difícil distingui-los dos grupos paramilitares privados. Estes são grupos autónomos de homens armados – soldados dissidentes ou obsoletos em busca de sobrevivência, de uma causa ou aventura - centrados à volta de um líder individual, mormente estabelecidos pelo governo de modo a que este se distancie de formas mais extremas de violência, ou associados a fações partidárias ou grupos extremistas. Como raramente usam uniformes, é cada vez mais difícil distingui-los de não-combatentes, ainda que utilizem marcadores distintivos. (*ibidem*) Quanto às unidades de autodefesa, estas são compostas de voluntários que tentam defender as suas localidades, mas que, devido a recursos inadequados, quando não são derrotadas, são obrigados a cooperar com outros grupos armados ou acabam engolidas pelo conflito. Já os mercenários estrangeiros são indivíduos contratados para unidades de combate precisas. (*ibidem*) Um fenómeno novo e crescente – tornaram-se uma

característica das intervenções americanas - são as companhias de segurança privadas, que muitas vezes recrutam soldados reformados de países ocidentais, com ligações obscuras entre os governos e empresas multinacionais. Finalmente, as tropas regulares estrangeiras operam sob o guarda-chuva de organizações internacionais, sobretudo a ONU, mas também a NATO, UA, OSCE, entre outros. (*ibidem*)

Durante a maior parte do conflito, ainda que armas pesadas façam a diferença, as armas ligeiras são o principal instrumento. Desde espingardas e metralhadoras a granadas de mão e minas terrestres, "as novas guerras podem ser vistas como uma forma de descarga de resíduos – uma forma de reutilizar o excesso indesejado de armas geradas pela Guerra Fria, o maior acumular militar na história." (*ibid*:102). Efetivamente, enquanto que o fim da Guerra Fria levou a uma diminuição do armamento no Norte global, este tem sido levado para o Sul, onde o fornecimento de armas está intimamente ligado à economia paralela. Esta economia de guerra, que anteriormente se referia a um sistema "centralizado, totalizante e autárcico, como foi o caso das guerras totais do século XX" (*ibid*: 9), não corresponde ao fenómeno observável nas novas guerras. Com a fragmentação do Estado, esta economia é descentralizada, com uma baixa participação da população tanto por um desemprego extremamente elevado como falta de legitimidade política, o que a torna extremamente dependente de recursos externos e da predação local. (*ibid*: 95).

Na verdade, as "novas guerras" ocorrem num contexto que pode ser visto como uma versão extrema da globalização. A produção local colapsa em resultado da liberalização e retração de apoio e subsídios estatais (mandatados pelas instituições financeiras internacionais que pressionam para reformas económicas neoliberais que muitos destes Estados são incapazes de implementar em troca de ajuda externa), da desintegração dos Estados e consequentes bloqueios impostos pelas potências externas ou pelas unidades de combate no terreno. A erosão da base fiscal leva a que governo bem com grupos militares privatizados procurem fontes de financiamento alternativas de modo a sustentar as suas atividades violentas, numa espiral negativa de quebra de receitas e legitimidade (*ibid*: 97). Como afirma Mark Duffield, "em vez de expressões de quebra ou caos, as novas guerras podem ser entendidas como uma forma não-territorial de guerra em rede que funciona através e ao redor dos Estados." (2001: 14). A informalização da guerra e da economia, inseridas na globalização, permitiu que as partes em conflito forjassem redes locais-globais e economias-sombra como formas de gestão de recursos e autoaprovisionamento. (*ibid*). Como relembra Duffield, "longe de ser uma aberração

periférica, as guerras em rede refletem a integração contestada de mercados e populações na economia global" (*ibid*: 14) Efetivamente, dado a riqueza dos bens em vista de serem transacionados - pedras preciosas, madeira, drogas, petróleo, ouro, marfim, frutos do mar, tesouros de arte, metais raros – há sempre alguma empresa na arena internacional disposta a fazer negócio, num lugar onde ideias de legalidade e ilegalidade facilmente se esbatem. Esta atividade económica que é não convencional, extralegal, não é registada nem regulada e vai além-fronteiras, relaciona-se tanto com bens e serviços legais, como ilegais. Nos primeiros, tem-se produtos agrícolas ou bens primários que foram produzidos ou são comprados através de canais convencionais, mas através de meios extralegais evitando mecanismos formais de regulação. Nos segundos, os bens são adquiridos através de meios ilegais como contrabando, fraude comercial ou apreensão direta. Mas em ambos destes casos, os bens obtidos são comercializados através de meios extralegais. (ibid: 138). Ora, as relações económicas que são estabelecidas não se separam das políticas. São comunidades socialmente limitadas ou politicamente fechadas – com critérios baseados em considerações locais, étnicas, religiosas ou políticas – que controlam estas redes. (*ibid*: 158) Como a economia informal incorpora formas de sobrevivência das pessoas que habitam esses locais, criam relações de proteção e legitimidade que desafiam a atividade reguladora do Estado. É graças à globalização que os atores locais tiveram a oportunidade de retrabalhar a natureza da autoridade política. (*ibid*: 175). As partes conflituantes precisam de um conflito mais ou menos permanente de modo a reproduzir as suas posições de poder e para terem acesso a recursos. (Kaldor, 2004: 117)

Enquanto que as velhas guerras tendiam para os extremos à medida que cada lado tentava vencer, as novas guerras espalham-se e persistem à medida que cada lado ganha benefícios políticos ou económicos da própria violência, em vez de uma "vitória". (Keen, 2012). Mary Kaldor chama a estas guerras de "condição social predatória" (2004: 113), para quem é muito difícil conter esta condição social no espaço e no tempo. Na verdade, os países limítrofes são os mais afetados. Quer seja pela disseminação de circuitos ilegais de comércio ou pelo comércio que não tem lugar (pelas sanções, pelo encerramento das fronteiras ou por outras razões), quer seja pelas altas concentrações de refugiados (em países já de si pobres, o que acicata tensões com as populações locais), há um efeito de *spill-over* das políticas identitárias aos países vizinhos que começam eles também a estabelecer fronteiras identitárias entre um "nós" e um "eles"(ibidem).

Contudo, há quem não considere as novas guerras introduzidas por Mary Kaldor assim tão novas, argumentando que a autora ao rotulá-las dessa forma descura conflitos idênticos anteriores ao pós-Guerra Fria e exacerba a divisão entre conflitos por motivos ideológicos e económicos. Mais do que uma mudança na natureza da guerra, este conceito seria apenas uma nova lente de análise de um tipo particular de conflitos, as guerras civis que, finalmente, teriam ganho a dianteira na década de 1990, relativamente às guerras interestatais. (Newman, 2004: 185; Melander et al.: 39 *apud* Duarte, 2014 : 88) Ora, Mary Kaldor vem contra-argumentar que "obsessão com a "novidade" das guerras" (2013) escurece o objetivo analítico do conceito, que é, através de um quadro de referência integrativo, mostrar que há uma ambiguidade crescente entre guerra, crime, e violação de Direitos Humanos, sendo importante abordar os elementos políticos destas guerras que são pós-Clausewitzeanas, pois são um "empreendimento enquadrado em termos políticos " e não "uma competição de vontades" (*ibid*: 2).

Ora, as "novas guerras", e a importância que lhes foi conferida pela comunidade internacional, são uma das várias manifestações de uma alteração do paradigma da conflitualidade que ocorreu no pós-Guerra Fria. Esta alteração levou também a mudanças no âmbito dos Estudos da Segurança, mudanças estas que já se faziam sentir na forma como este fenómeno era estudado e analisado, como será possível de ver na secção seguinte.

1.2. Segurança do quê e para quem? O paradigma da Segurança Humana

No que diz respeito aos Estudos da Segurança, esta área é de criação recente. Na verdade, a Primeira e Segunda Guerras Mundiais levaram a que, progressivamente, civis fossem envolvidos em questões securitárias até então limitados à classe militar profissional, através da sua inclusão em programas universitários e pesquisa académica. Contudo, a ameaça nuclear do pós-guerra veio a dominar o escopo de análise dos Estudos da Segurança, com trabalhos a serem realizados sobre dissuasão, coerção, e escalada, bem como trabalhos prescritivos sobre estratégias alternativas. (Walt, 1991:213-214). Durante este período, a abordagem dominante no seio dos Estudos da Segurança estava essencialmente preocupada com o que Paul D. Williams chama de os "*four S*" de Estados, Estratégia, Ciência e *Status Quo*. Os Estados, tautologicamente, eram vistos como os

agentes e referentes da segurança, cujas preocupações se centravam na ameaça e uso da força, procurando adotar uma metodologia dita objetiva e quantitativa, de modo a garantir a continuação da "*great power politics*" e prevenir mudanças radicais no sistema internacional (Williams, 2008:3).

A fissura nesta cosmogonia da Segurança surgirá com a publicação em 1983 por Barry Buzan de *People, States and Fear* (e sobretudo com a edição estendida de 1991) que mete em cheque um quadro referente centrado nos Estados e nas ameaças militares. Mas será o fim da Guerra Fria que permitirá um novo folgo à disciplina, através de um afastamento do que era até então entendido como sendo o seu objeto de análise, "as condições que tornam o uso da força mais provável, as formas em que o uso da força afeta indivíduos, estados e sociedades e as políticas específicas que os Estados adotam para se preparar, prevenir ou iniciar a guerra." (Walt, 1991:212). Na verdade, o fim da oposição bipolar veio trazer para a agenda internacional outros tipos de ameaça à segurança internacional que não passava pela guerra interestatal (ou possibilidade desta) como entendido pelos hoje chamados Estudos Tradicionais de Segurança, assentes na teoria (neo)realista, passando a abarcar aquilo que causava insegurança ao indivíduo – em vez do Estado – que não tinham um cariz militar: questões económicas, politicas, sociais e ambientais. (Cravo, 2009: 67) Para Barry Buzan, é este questionamento quanto ao objeto e referente da segurança que a tornam um "conceito essencialmente contestado" (1983:6 *apud* De Bahl, 2004), isto é, um conceito de grande mobilização política e com conotações fortes associadas. Para além disso, mesmo entre os proponentes de um alargamento do conceito de segurança há uma oposição naquilo que consideram que deve ser a consequência prática deste alargamento. Por um lado, a Escola de Copenhaga (Buzzan, Wæver, de Wilde: 1998) propõe a dessecuritização de assuntos da agenda internacional de modo a trazê-los para arena da *everyday politics*, de modo a impedir que estes venham a ter consequências ainda mais gravosas para as populações por passarem a ser passíveis de uso militar, dado a importância que adquirirem. Por outro lado, a Escola de Aberystwyth (Booth, 1991; Wyn Jones, 1999), abertamente normativa e ancorada na emancipação - a libertação de pessoas (como indivíduos e grupos) das restrições físicas e humanas que os impedem de realizar o que escolheriam livremente (De Bahl, 2004) -, propõe a securitização das ameaças à sua insegurança.

Ora, é fora da esfera académica que surge um conceito que ganha um lugar de destaque na agenda internacional que traduz esta nova conceção de segurança: o de

Segurança Humana. Surgido pela primeira vez num relatório do PNUD de 1994[3], este conceito vem representar uma mudança do conceito de segurança pelos *policy-makers*. Segundo o PNUD, "o conceito de segurança tem sido por demasiado tempo interpretado estreitamente: como segurança do território de agressões externas, ou como proteção dos interesses nacionais na política externa, ou como segurança global da ameaça de um holocausto nuclear… Esquecidas foram as preocupações legítimas de pessoas ordinárias que procuram segurança nas suas vidas quotidianas." (PNUD, 1994: 22). Com efeito, para a Segurança Humana, o foco irredutível do discurso de segurança é o indivíduo. Todos os outros referentes (grupo, comunidade, Estado, região, mundo) derivam da autonomia do indivíduo e do seu direito a uma vida digna. (MacFarlane, Khong *apud* Bazzano, 2014: 43). Esta noção vem procura chamar a atenção simultaneamente para a importância da liberdade definida negativamente – *freedom from fear*, isto é, a proteção da violência física – e definida positivamente – *freedom from want*, isto é, a satisfação do desenvolvimento humano. Deste modo, o PNUD identifica sete dimensões da segurança: económica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política. Assim, passando a ser mais abrangente quanto às ameaças e centrado no individuo em vez do Estado, esta conceção reflete não só os debates que vinham a ser feitos na academia, mas também a crescente visibilidade de novas ameaças, nomeadamente aquelas que afetavam o Sul Global: conflitos violentos, pobreza, epidemias, desastres naturais, violações em massa dos Direitos Humanos. (Cravo, 2009: 69) Para Pureza (2009), a segurança humana vem demonstrar concetualmente a periferia "como um lugar de falha da modernidade", no seu sentido institucional e jurídico. Efetivamente, este conceito vem estabelecer relações causais entre o subdesenvolvimento, má governança, insegurança e violência. (Pureza, 2009: 29) Desta forma, a Segurança Humana vem reunir os conceitos de segurança e desenvolvimento, que foram separados durante a Guerra Fria. O primeiro era enquadrado numa lógica Leste-Oeste, e o segundo numa dinâmica Norte-Sul. (Nef, Jorge *apud* Bazzano, 2014: 44)

As ameaças sendo transnacionais – não existindo fronteiras para perigos como terrorismo, epidemias e desequilíbrios ecológicos – as respostas que lhes são dadas também devem elas ser transnacionais e não restritas ao plano estatal. (Bazzano, 2014:43) Será esta mudança de paradigma que vem abrir caminho a novos atores que não o Estado

[3] Relatório de Desenvolvimento Humano 1994
http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf [consultado a 26/10/2017]

como as organizações internacionais, as organizações não-governamentais e a sociedade civil. Ao ancorar os objetivos de segurança nas necessidades humanas ao invés das necessidades estatais, a distinção entre segurança do Estado e segurança do indivíduo vem chamar a atenção para o papel que o Estado pode desempenhar simultaneamente como responsável pela proteção dos seus cidadãos e fonte de ameaça para os mesmos. Com efeito, a Segurança Humana resulta da credibilidade obtida pelo regime internacional de Direitos Humanos, que legitimou o papel da comunidade internacional na proteção destes. (Pureza, 2009:29) O ponto alto desta abordagem será o conceito de Responsabilidade de Proteger no qual "A comunidade internacional, [...] está preparada para tomar uma ação coletiva [...] se os meios pacíficos forem inadequados e as autoridades nacionais manifestamente não conseguem proteger as suas populações do genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade." [4]

Esta noção granjeou grande apoio não só por parte das organizações internacionais, mas também por algum Estados, como é o caso do Canadá, Noruega e Japão que se consagraram enquanto "potências humanitárias" ao tomarem a dianteira na criação de uma "rede de Segurança Humana" constituída por Estados e ONGs que utilizam a Segurança Humana como mote de união e luta em prol de objetivos concretos. (Paris, 2001: 87) Os exemplos mais notórios serão a campanha para banir as minas antipessoais numa parceria sem precedentes entre Governos e sociedade civil, que culminou em 1997 com a assinatura do Tratado de Otava; e a instituição do Tribunal Penal Internacional em 1998 pelo Tratado de Roma numa tentativa de responsabilizar os graves violadores de Direitos Humanos (Axworthy, 1998 *apud* Cravo, 2009: 74)

Assim, será este entendimento alargado do conceito de Segurança por parte da comunidade internacional, juntamente com novas manifestações de insegurança, como as "novas guerras" que têm lugar no interior de Estados da periferia do Sistema Internacional, que também os entendimentos de como deve ser posto fim~~ns~~ a estas inseguranças e conflitos se alteraram. Será nos Estudos da Paz e no envolvimento da comunidade internacional, em geral, e das Nações Unidas, em particular, que será estudado e serão aplicadas formas de construir a Paz em territórios com populações vítimas de conflitos violentos e prolongados.

---

[4] Assembleia Geral das Nações Unidas (2005) Resolution 60/1. 2005 World Summit Outcome "http://www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf" [consultado a 01/01/2018]

1.3 O modelo de peacebuilding: A construção de uma Paz Sustentável e o "fordismo" das Nações Unidas

Apesar das primeiras propostas de criação de instituições daquilo a que foi chamado "Investigação para a Paz" terem surgido antes do final da II Guerra Mundial (Wiberg, 2009:21), os Estudos para a Paz tiveram de esperar até ao pós-segunda Guerra Mundial para adquirir uma ossatura institucional e concetual sólida, quando a ameaça das armas nucleares levaram à sua ascensão. (Rogers e Ramsbotham, 1999:740). Será com o *Journal of Conflitct Resolution*, em 1957, e *Center for Research on Conflict Resolution*, em 1959, que se assiste a uma progressiva institucionalização da disciplina, levado a cabo por Kenneth Boulding, Anatol Rapoport e Herbet Kelman na Universidade de Michigan cuja investigação estava centrada na redução da guerra enquanto fenómeno (Miall *et all.*, 1999:42-43).

O desafio central desta investigação emergente era converter a paz no seu objeto de análise. Tal veio a suceder com o "pai dos Estudos da Paz", o norueguês Johan Galtung, com a criação do Peace Research Institute de Oslo, em 1959, e do Journal of Peace Research, em 1964. Juntos vêm afirmar um compromisso valorativo, nomeadamente o da paz. Será Galtung que construirá uma conceptualização da paz que ainda vigora nos dias de hoje, operando a distinção entre um "paz negativa", vista como ausência de guerra, e uma "paz positiva", definida pela presença de alguma coisa e não a sua ausência, isto é, alicerçada numa "comunidade humana integrada, justiça social e liberdade". (Pureza e Cravo, 2005:7-8) Outra ideia central do pensamento de Galtung é a distinção operada entre violência direta (ato intencional de agressão eliminado pela transformação do conflito violento), violência estrutural (decorrente da estrutura social em si eliminada pela remoção das injustiças económicas e políticas) e violência cultural (o sistema de normas que legitima as anteriores e é eliminada pela alteração dos comportamentos) (Galtung, 1969, 1996).

Ora a esta ideia de triângulo de violências corresponde, por sua vez, um triângulo das pazes. Como afirma José Manuel Pureza e Teresa Cravo (2005:8):

> Tradicionalmente, o fulcro dos Estudos para a Paz tem sido a violência directa (óbvia e repentina) – que, eliminada, representa uma paz negativa – e não a violência estrutural ou cultural (estática e oculta) – que, eliminada, cria uma paz positiva. A paz no seu sentido mais amplo – paz directa + paz estrutural + paz cultural – corresponde, em última instância, à ambição de Galtung, uma vez que a

ausência de guerra por si só pode encobrir injustiças mais profundas que, se não forem alvo de resposta, poderão conter as sementes de potenciais conflitos violentos (Terriff et al., 1999: 193).

Já nos anos 1970, o estudo da Paz e dos Conflitos era marcadamente multidisciplinar, com uma base institucional que se expande além da Europa escandinava e América do Norte, com uma "nova agenda" que vai além do estudo das causas da guerra e das suas dinâmicas, debruçando-se sobre as questões da dissuasão nuclear, das desigualdades globais e dos desequilíbrios ecológicos. (Rogers e Ramsbotham, 1999:746; Wiberg, 2009:24). Ora, será na década de 1990, quando se esperava a perda de relevância desta investigação com o fim da bipolaridade, que se opera nos Estudo para a Paz uma viragem, na medida em que virá a contribuir diretamente para a resolução de conflitos particularmente violentos e longos através da sua institucionalização na ONU levado a cabo pelo seu Secretário-Geral, na visão que expôs na Agenda para a Paz, de 1992. Neste documento, Boutros Boutros-Ghali expõe a sua visão sobre aquele que será o novo papel da organização no pós-Guerra-Fria, nomeadamente o papel a desempenhar nas "Operações de Paz" no âmbito da nova conflitualidade, operando uma distinção entre as operações de manutenção da Paz[5], imposição da Paz[6], e construção da Paz[7], visto que as operações que vinham a ser realizadas não se enquadravam nas operações de manutenção da Paz. (Paris, 2004: 13) Na verdade, a maior parte das operações que viriam a ser levadas a cabo pela ONU seriam de construção da Paz. Ora, a organização não viria a aturar sozinha (através das suas agências responsáveis nesta área – o Departamento das Operações de Manutenção da Paz, o Departamento de Assuntos Políticos, o PNUD e a Comissão de Construção da Paz), sendo de destacar o papel desempenhado por organizações regionais (como a Organização dos Estados Americanos, a União Europeia e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), as instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), bancos de desenvolvimento regionais, agências de desenvolvimento nacionais e organizações não-governamentais. (Richmond, 2010: 106) Na verdade, as operações de construção da Paz não eram lideradas pela ONU, mas, ainda

[5] Manutenção da Paz é a tentativa de resolver um conflito em curso, seja por meios pacíficos como mediação e negociação, ou, caso seja necessário, pela autorização de uma força militar internacional para impor uma solução ao conflito. (Paris, 2004 :19)

[6] Imposição da Paz é a ameaça ou a utilização de forças militares não-defensivas para impor, manter, ou restaurar um cessar-fogo. (ibid)

[7] Construção da Paz é a ação levada no final de conflito civil para consolidar a Paz e prevenir uma recorrência do mesmo. Esta implica o destacamento de equipas civis e militares de várias agências internacionais, com um mandato de conduzir a reconstrução num dado país ou território. (ibid)

que de facto existissem algumas agências que lideravam em determinadas tarefas, havia pouca coordenação, com espaço para a prossecução de objetivos e iniciativas próprias a cada uma. (Paris, 2004: 19)

Estas ações concertadas de (re)construção da Paz por parte da comunidade internacional resultam de um *peacebuilding consensus* surgido nos anos 1990, de uma convergência de normas e interesses no final da Guerra Fria. (Richmond, 2010 : 106) Este consenso está assente numa Paz Liberal, isto é, na crença que a melhor forma de assegurar a Paz é através simultaneamente da instauração em países alvo de conflitos de uma democracia liberal e de uma economia de mercado. (Paris, 2002). A obtenção destes resultados – espelhados no fornecimento de respostas ao desarmamento, refugiados, monitoramento de eleições, etc. - requere uma intervenção profunda na orgânica de uma sociedade, na forma como os processos políticos, económicos e sociais têm lugar. (Richmond, 2005: 156) Para tal, as atividades realizadas no âmbito destas intervenções pautam-se pela manutenção ou restabelecimento do Estado enquanto formação política. Efetivamente, ainda que essas mesmas atividades estejam focadas em dinâmicas do internacionalismo liberal (desenvolvimento, direitos humanos, democracia), o interlocutor é sempre o Estado e, portanto, o *local* é equacionado com o *nacional*. (Richmond, 2010: 107) A sua autoridade reside na governança liberal global, no direito e normas internacionais que guiam e regem os Estados numa relação de cima para baixo e, deste modo, asseguram que a autoridade e legitimidade domésticas estão em linha com a autoridade e legitimidade internacionais. (ibid: 114). Em suma, para Richmond (2005:121), a Paz Liberal é definida como "aquela contida no consenso de construção da Paz orientado para objetivos e metodologias onde Estados liberais semelhantes, atores internacionais, regionais e locais coexistem numa sociedade internacional nas quais os Estados são democráticos, Direitos Humanos são respeitados a um nível aceitável, os mercados são abertos e transparentes, e o multilateralismo é a norma exceto em circunstâncias extremas."

Este consenso assente na Paz Liberal resulta dos desenvolvimentos ocorridos no âmbito da teoria sobre conflitos e nas abordagens para os erradicar, o que não significa que esse mesmo consenso não seja regularmente contestado, conceptualmente ou na prática. Inicialmente, as abordagens estavam centradas na gestão de conflitos (chamadas de abordagens de "primeira geração"), das quais as operações de manutenção e imposição da Paz são exemplo. Estas abordagens procuravam estratégias que assegurassem uma paz negativa, vista como um compromisso entre a continuação do conflito e de uma paz ideal.

(Richmond, 2005: 86) Conceptualmente, o conflito era passível de ser melhorado ao nível estatal através de táticas de negociação ou intervenção coerciva de partes terceiras, minimizando o papel que grupos sub-estatais pudessem ter no processo. (Richmond, 2002: 9). Já as abordagens de "segunda geração" surgem de uma preocupação de trazer o indivíduo para a esfera da gestão de conflitos. Servindo-se dos conhecimentos dos Estudos da Paz, o foco passa a ser a *resolução* dos conflitos e não a sua simples gestão, surgindo de movimentos de base que denunciavam uma abordagem hegemónica e estatocêntrica da *power politics.* (ibid) Deste modo, as abordagens de resolução de conflitos estavam focadas numa Paz que procurasse assegurar as necessidades humanas básicas contribuindo para um mundo que esteja muito mais perto de uma paz ideal, entendida como uma paz positiva. Assim, o seu foco era a busca das causas estruturais ancoradas no Sistema Internacional e nas sociedades em conflito que impediam a realização de uma justiça económica e social. (Richmond, 2005: 86) Ora, as operações de (re)construção da Paz são a expressão da tentativa de reunir estas duas estratégias e desenvolver uma abordagem multidimensional, envolvendo uma miríade de atores em todos os níveis de análise, naquelas que são apelidadas de abordagens de "terceira geração". Estas abordagens têm procurado a construção de uma Paz Liberal através de condicionalidades e formas regulatórias específicas, ancoradas no entendimento daquilo que é a Paz no seio do Sistema Internacional. (ibid). Esta tentativa de reunir as duas abordagens resultou em objetivos de reconstrução do Estado através de dinâmicas *top-down* e *bottom-up*, o que vem colocar em relevo as tensões crescentes entre soberania estatal e Segurança Humana (Richmond, 2002: 182).

Este modelo de (re)construção da Paz das Nações Unidas, que Oliver Ramsbotham (2000) apelidou de « *the UN's Standard Operating Procedure* » encontra-se assente em quatro dimensões que refletem as áreas de intervenção por parte dos organismos internacionais: (i) a dimensão militar e de segurança; (ii) a dimensão político-constitucional; (iii) a dimensão económico-social; (iv) e a dimensão psicossocial. Quanto à primeira dimensão, os objetivos prendem-se com a transformação da cultura de violência e a desmilitarização da sociedade através do desarmamento e desmobilização das fações, juntamente com a consolidação de forças militares sob controlo civil. Já a dimensão politico-constitucional tem visado uma transição de governo ou reforma constitucional pacíficas, a monitorização de eleições, de forma que a transferência de poder seja pacífica e resulte em tradições de boa governança, democracia, direitos humanos e do estado de

direito. Por sua vez, a dimensão económico-social tem por objetivo inicial trazer ajuda humanitária às populações necessitadas, com subsequente restabelecimento das populações deslocadas e desenvolvimento da infraestrutura, agricultura e desminagem e, a longo-prazo, políticas macroeconómicas estáveis que garantam justiça distributiva. Finalmente, a dimensão psicossocial tem buscado que as comunidades envolvidas ultrapassem a desconfiança inicial e que sejam capazes de sarar as feridas psicológicas, de modo a assegurar uma reconciliação duradoura. (ibid: 182) Ainda que a dimensão ambiental esteja incluída implicitamente de forma transversal nestas quatro dimensões, ela não adquire a preponderância necessária na (re)construção da Paz.

A institucionalização deste modelo traduziu-se num corte radical com o pensamento fundador, onde o discurso normativo da Paz veio legitimar a intervenção do Norte global na periferia do Sistema Internacional, sem efetuar uma mudança profunda do sistema de poder vigente. (Pureza e Cravo, 2005:10-17).

1.4 O que fica de fora? Recuperar o potencial emancipatório da segurança e da paz

Ainda que seja de salutar a crescente visibilidade da noção de Segurança Humana e aquilo que ela implica, esta não se encontra isenta de críticas. Para Paris (2001), a sua falha começa imediatamente na sua concetualização, afirmando que é demasiado vaga e genérica, abrangendo uma miríade de assuntos e problemáticas, o que dificulta a sua operacionalização. Além disso, sendo uma perspetiva "*problem-solving*", não se envolve com debates epistemológicos, ontológicos ou metodológicos que seriam capazes de afinar a sua precisão. (Newman, 2010: 77) Seria como o desenvolvimento sustentável: "toda a gente é a favor, mas poucas pessoas têm uma ideia clara daquilo que significa" (Paris, 2011: 87) Em segundo lugar, parece que esta ambiguidade conceptual não peca "por defeito, mas sim por feitio." (Cravo, 2009) A coligação internacional formada por um conjunto heteróclito de entidades e agências da área do desenvolvimento está preocupada em afastar a atenção e recursos de assuntos tradicionais de segurança e chamá-los para outros até então pertencentes à rubrica do desenvolvimento internacional. Finalmente, a adoção da Segurança Humana como quadro concetual de aplicação de políticas públicas por alguns governos, tem levado a que estudiosos críticos suspeitem que esta noção esteja a ser utilizada meramente enquanto discurso ao serviço de práticas hegemónicas. (Pureza,

2009b; Newman, 2010; Duffield, 2005). As críticas apontam que o conceito foi cooptado e distorcido pelas potências ocidentais, permitindo validar as suas políticas externas de intervenção externa. Para Booth (2007:43), "a Segurança Humana assumiu a imagem da luva de veludo na mão de ferro do *hard power*". De acordo com estas críticas, a Segurança Humana não conseguiria ultrapassar o seu principal paradoxo: criticando as estruturas e normas que produzem Insegurança Humana, o ponto de partida ontológico da sua aplicação – os Estados – reforçam essas mesmas normas e estruturas. (Newman, 2010:87)

Contudo, ainda que efetivamente esta evolução teórica encerre aspetos negativos, seria de descurar o impacto positivo do qual a sua conceptualização e operacionalização são o reflexo. Por um lado, ainda que a abordagem da Segurança Humana "sacrifique uma precisão analítica em favor de uma persuasão normativa", ela está inteiramente focada nas questões que prejudicam a vida da maior parte das pessoas. (Newman, 2010: 90) Com efeito, a sua característica definidora é a sua relevância no âmbito das políticas públicas procurando alterá-las de uma forma progressista, como é demonstrado pelas várias iniciativas da Segurança Humana levadas acabo por organizações patrocinadas por governos [a Comissão da Segurança Humana, o Fundo Fiduciário da Segurança Humana e a Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania do Estado (ICISS) são alguns exemplos]. Para os académicos proponentes, "*we are scholars who want to change the world.*" Deste modo, procura melhorar o bem-estar das pessoas dentro dos parâmetros práticos, legais e políticos do "mundo real", contrariamente às abordagens mais críticas que se encontram cantonadas à esfera académica. Assim, sendo mais consequencialista do que estruturalmente revisionista, é capaz de agir juntamente com as instituições existentes para remediar a insegurança humana. (*ibidem*) Ainda assim, não é possível de negar que a Segurança Humana precisa de ser reformulada. Para Mary Kaldor (2014:100), esta noção tem de ser uma alternativa à Guerra contra o Terror e não o seu adjuvante. Com efeito, após o 11 de Setembro a resposta a "Segurança de quem?" passou a ser a segurança daqueles no centro do Sistema-mundo. (Pureza, 2009: 32) Para Kaldor contrariamente à Responsabilidade de Proteger, que implica conceitualmente uma abordagem *top-down*, a Segurança Humana precisa de ser visto como o Direito a ser Protegido, isto é, uma perspetiva *bottom-up* que tenha em conta o contexto social e humano no qual o conceito é aplicado.

Já a institucionalização da segurança humana num modelo de (re)construção da Paz traduziu-se num corte radical com o pensamento fundador, onde o discurso normativo da

Paz veio legitimar a intervenção do Norte global na periferia do Sistema Internacional, sem efetuar uma mudança profunda do sistema de poder vigente. (Pureza e Cravo, 2005:10-17). Dada a cooptação da disciplina pelo *policy-oriented mainstream*, vozes têm sido levantadas clamando pela descolonização dos Estudos para a Paz em particular (Pureza e Cravo, 2005; Richmond, 2010; Nascimento, 2014), e das ciências sociais em geral (Santos e Menezes, 2009 a*pud* Ricarte, 2015:92), através da descolonização do conhecimento de forma dialogar "a partir do sul e com o sul" (*ibid*) que se materializariam numa "quarta geração" de abordagens aos conflitos. (Richmond, 2005: 88) É neste contexto que se faz sentir uma crítica à padronização, que não permite o surgimento de soluções alternativas desenhadas em comunhão com e por aqueles que constroem a sua paz, numa paz híbrida (Richmond, 2010), atentos às suas especificidades culturais, quando agora são alvos de reprodução de uma paz ocidental liberal, sem questionar se esta base normativa é universalmente partilhada ou não. Ademais, à lógica estatocênctrica em vigor, deve-se opôr uma lógica de baixo para cima, na construção de uma paz inclusiva e participativa que coloque igualmente um travão à marginalização da condição feminina. (Pureza e Cravo, 2005: 12) Caso contrário, "*the result will be that we are 'continually re-solving conflicts', instead of developing a 'solution that will not reappear again in another time or place to demand solution or re-solutions that did not work the first time'"* (Miall *et all.*, 1999:59).

Efetivamente, é necessário recuperando o potencial emancipador que o conceito de Segurança e Paz encerram, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão ambiental.

Neste capítulo, ficou exposto a forma como a conflitualidade no pós-Guerra Fria até aos dias de hoje não pode ser mais analisada com as ferramentas que estavam ao serviço das grandes potências no período que lhe procedeu. Hoje, as guerras intraestatais têm características e dinâmicas que lhes são próprias que, na era da globalização, fazem com que estas não fiquem confinadas à realidade mais próxima e local. Estas mesmas guerras são simultaneamente causa e produto de inseguranças que afetam os indivíduos na sua vida quotidiana, mesmo que o Estado se encontre em segurança podendo este, inclusive, ser a fonte da insegurança. Por sua vez, estas inseguranças não se prendem apenas com ameaças militares, podendo ser de outra ordem como económica, política, pessoal, comunitária, alimentar, sanitária e, com especial relevância para esta dissertação, ambiental – todas igualmente importantes para atingir a Segurança Humana. Com efeito, se a comunidade internacional, e as Nações Unidas em particular, têm por objetivo o garante

da Paz e da Segurança, estas dinâmicas necessitam de ser abordadas. As intervenções realizadas nas Missões de Construção da Paz ainda que busquem uma abordagem multidimensional assente no alcance de uma paz positiva, procurando atender às causas do conflito – de cariz direto, estrutural e cultural -, têm secundarizado o papel que o meio ambiente joga em países vítimas de conflitos violentos, tanto como fonte de insegurança, como catalisador da Paz.

CAPÍTULO 2 – DINÂMICAS AMBIENTAIS DA PAZ E DOS CONFLITOS

"Integrar o meio ambiente e os recursos naturais na construção da paz não é mais uma opção - é um imperativo de segurança." (UNEP, 2009: 5)

No pós-Guerra Fria, a segurança deixou de ser entendida como a segurança do Estado ameaçada militarmente por outro Estados, ou por outros grupos internos ou externos. Na verdade, esta passou a ser entendida de forma multidimensional e multinível: o objeto de segurança não é apenas o Estado – mas também as comunidades e os indivíduos – e as ameaças não são apenas de ordem militar, mas também alimentar, económica, de saúde, entre outras. (Krause e Michael, 1997; Booth, 2007; Buzan e Hansen, 2009) Para o objeto de estudo desta dissertação, focar-nos-emos na importância da segurança ambiental. Com efeito, o meio ambiente tem-se tornado cada vez mais não só uma fonte de ameaça, mas também tem sido alvo das várias inseguranças e das suas consequências. Por isso, importa igualmente refletir ao papel que este pode (e deve) desempenhar na construção de uma Paz sustentável.

Assim, este capítulo tem por objetivo explorar as interações que as dinâmicas de guerra e de paz estabelecem com o meio ambiente. Especificamente, é intenção deste capítulo mostrar, por um lado, as formas através das quais conflitos violentos prolongados

afetam o meio ambiente, seja diretamente, na sua destruição, seja indiretamente, afetando a saúde pública. Por outro lado, pretende-se mostrar de que forma a recuperação ambiental pode contribuir para uma Paz sustentável, nomeadamente através da recuperação do tecido socioeconómico, da criação de condições de vida seguras e a instauração de dinâmicas positivas de cooperação entre as partes conflituantes. Finalmente, importa também averiguar de que formas as alterações climáticas, hoje ainda mais prementes, apresentam uma ameaça para a construção da Paz, podendo ao mesmo tempo representar um catalisador para uma Paz mais sustentável. Desta forma, explora-se também a centralidade da dimensão ambiental nos modelos de reconstrução pós-conflito, reivindicando-se um espaço/pilar próprio no modelo de peacebuilding.

2.1 Da ecologia política: o meio ambiente como causa de violências, inseguranças e guerra

A ecologia política tem vindo a desafiar as abordagens existentes no que diz respeito às relações entre o comportamento humano e as alterações ambientais (Adams, 2001). Esta tem abordado sobretudo a centralidade da economia política na explicação das interações entre o Homem e o ambiente, de modo a politizar questões que eram vistas até então como apolíticas, baseadas numa ciência positivista. (Adams, 2001: 251) O surgimento desta área de estudos tem como pioneiro Piers Blaikie, geógrafo e estudioso do desenvolvimento internacional com a publicação de *The Political Ecology of Soil Erosion in Developing Countries,* em 1985. Com efeito, importa atentar, no que diz respeito ao escopo desta dissertação, nos efeitos do ambiente no Sul Global, isto é, nos indivíduos, comunidades e Estados com padrões de desigualdade elevados e com dificuldades exacerbadas no enfrentamento dos desastres ambientais. (Adams, 2001: 251) Na verdade, o que a ecologia política vem acrescentar é a importância das assimetrias de poder e das relações desiguais entre diferentes atores. (Bryant e Bailey, 1997 *apud ibidem*). Ademais, o campo da ecologia política procura integrar explicações através de diferentes escalas espaciais e temporais. Problemas ambientais locais, como erosão do solo, não são apenas o produto de processos locais, como as práticas de agropecuária, mas inclui também uma série de outros fatores, decorrentes dos arranjos de economia política ao nível local, nacional e global. (Blaikie e Brookfield, 1987 *apud* Adams, 2001: 253).

Por sua vez, a conexão entre a ecologia política e os estudos do conflito deve-se essencialmente a duas tendências. Por um lado, o ambientalismo que cresceu exponencialmente na segunda metade do século XX, com o desaparecimento de espécies, a diminuição das áreas florestais em benefício de terrenos agrícolas, sobrepesca e os níveis alarmantes de poluição. Por outro, os avanços continuados em matéria de desenvolvimento de tecnologia militar, capazes de amplificar os desastres ambientais. (Stone, 2000: 17)

No entanto, o cruzamento destas duas áreas de saber tem-se centrado essencialmente no impacto que o meio ambiente, e sobretudo a exploração dos recursos naturais, têm como catalisador de guerras. Com efeito, a tese defendida é que o aumento da escassez, produzida através da delimitação de recursos ou da apropriação por parte de autoridades estatais, empresas privadas ou elites sociais, aceleram o conflito entre grupos (seja o elo identitário o género, a classe social ou a etnia). (Robbins, 2012: 200). Esta escassez é definida por Homer-Dixon como "escassez de recursos renováveis, tais como pasto, florestas, água fluvial e cardumes" que pode advir tanto de um aumento da procura, diminuição da oferta ou de uma distribuição desigual (*apud* Freire et al., 2009: 2010). Da mesma forma, os problemas ambientais tornam-se problemas políticos quando os grupos sociais asseguram o controle de recursos coletivos à custa de outros ao potencializar intervenções de gestão por autoridades de desenvolvimento, agentes estatais ou empresas privadas (Robbins, 2012: 200). Com efeito, a literatura científica existente tem convergido para uma análise através de estudos de caso, procurando documentar este tipo de lutas, evidenciando de que modo diferenças políticas já existentes foram-se tornando lutas ecológicas também. (Le Billon, 2001) Isto é, de que modo é que lutas por vezes duradouras sobre poder económico e social (como movimentos trabalhistas, disputas territoriais étnicas ou lutas feministas pela autonomia de decisão) foram reformuladas como lutas pelo meio ambiente (como desentendimentos sobre políticas de conservação ambiental, acusações de degradação das terras ou confisco de recursos naturais). (Robbins, 2012: 203)

Contudo, as dinâmicas do meio ambiente e recursos naturais com territórios e grupos em conflito não se limitam apenas ao agir como acelerador ou estímulo do conflito. Os conflitos violentos e prolongados afetam grandemente os ecossistemas podendo impacta-los de forma duradoura.

2.2 O impacto ambiental dos conflitos violentos

A guerra é, com efeito, um dos vários fatores ou acontecimentos decorrentes da atividade humana que impactam[8] os ecossistemas. Na verdade, a ação humana tem sido o principal vetor de insegurança ambiental através do qual ações externas têm interagido com o meio ambiente, seja pela poluição produzida, pela utilização de recursos naturais para diversas atividades e/ou pela utilização de espécies animais e vegetais para diversos fins. Ora, o foco da literatura científica na área dos estudos dos conflitos tem-se centrado essencialmente no meio ambiente como catalisador da guerra, deixando para segundo plano o impacto que o conflito violento tem sobre o meio ambiente e, *in fine,* sobre a saúde humana, isto é, o impacto da guerra numa compreensão da segurança que vai além da física, direta, entre duas partes conflituantes. (Homer-Dixon, 1994; Collier, 2010; Nillesen e Bulte, 2014) Contudo, é importante analisar o meio ambiente, em geral, e os recursos naturais, em particular, sob outra ótica, atacando os esforços de construção de uma Paz direta, estrututal e cultural. Ainda que, dado o contexto mais amplo das consequências da guerra (mortes, deslocados, destruição de infra-estrutura, etc.) a ênfase no meio ambiente possa parecer secundária, ou até inadequada. Contudo, é possível analisar esta questão através de uma perspetiva antropocêntrica e humanitária: os danos ambientais, sejam eles incidentais ou intencionais, podem-se tornar tão graves que prejudicam a saúde humana, sobretudo a de civis inocentes, o que leva a que a construção de uma Paz sustentável esteja em risco. (Austin e Bruch, 2000:5)

Na análise dos impactos ambientais das guerras, importa levar em conta diversos fatores que vêm explanar como diferentes conflitos violentos levam a diferentes impactos ambientais. Assim, ainda que independentemente de estas serem causadas por ações militares diretas ou danos colaterais, ou serem o resultado de atividades de apoio militar antes ou depois da guerra, o estudo do conflito revela-se importante. Os fatores que impactam diferentemente o meio ambiente são os seguintes: o tipo de guerra (convencional, biológica, química ou nuclear); os tipos de armas e a extensão a que são utilizados; a duração e a intensidade da guerra; a extensão e o tipo de terreno sobre o qual a guerra é travada; as estratégias usadas durante a guerra; e as condições ambientais de pré-guerra. Para além disso, os impactos ambientais das guerras são muitas vezes multidimensionais. Efetivamente, muitas vezes também têm repercussões em áreas distantes daqueles de batalha e em longos períodos de tempo, muito depois da violência ter terminado sendo, por isso, um vetor de violência estrutural. (Biswas, 2000:303) A guerra, assim, virá a afetar o

[8] Por impacto entende-se o efeito de uma ação cuja influência é prolongada no tempo.

meio ambiente em todas as suas componentes. Seja o impacto sobre o solo, sobre a água ou sobre o ar, estas três componentes dialogam entre si, impactando-se mutualmente, pois os sistemas não são fechados entre si. (Austin e Bruch, 2005)

O solo

No que concerne os impactos da guerra sobre o solo, a terra é afetada tanto por ações de guerra diretas quanto por operações militares (preparativos para a guerra). Em primeiro lugar, as bombas e mísseis contribuem para a formação de crateras, compactação e erosão do solo e contaminação do solo por resíduos tóxicos e perigosos (Sidel et al., 2009: 21).

Ademais, os padrões de uso da terra geralmente mudam em períodos prolongados devido à presença contínua de minas terrestres e outros resíduos da guerra cujos efeitos perduram no tempo (ibid: 23) Igualmente, a utilização de armas não convencionais (nucleares, biológicas e químicas) também é suscetível de alterar os padrões de uso da terra de forma significativa, impedindo qualquer uso produtivo da terra por períodos prolongados causando, por isso, insegurança económica (ibid: 27) Em segundo lugar, é necessário ter em conta as atividades que direcionam especificamente recursos do solo. Por exemplo, os esforços deliberados de desmatamento podem alterar os regimes prevalecentes de terra, água e bióticos, com consequências resultantes adversas difíceis de prever, variando de ecossistema para ecossistema. (ibid:29)

A água

Quanto aos impactos ambientais sobre a água, a contaminação tanto da superfície como das águas subterrâneas também é um resultado comum de vários tipos de guerra (Biswas, 2000: 305) O uso de armas químicas, biológicas ou nucleares pode contribuir para a poluição da água a longo prazo, com os riscos de insegurança na saúde dos seres humanos e os ecossistemas associados (*ibidem*) Técnicas corretivas para este tipo de contaminação são muitas vezes impossíveis ou demasiado complexas ao nível técnico ou extremamente caras, e requerem níveis muito elevados de conhecimento científico (*ibidem*). São precisamente estes aspetos que não estão disponíveis em muitos países afetados por conflitos particularmente violentos e prolongados, com Estados frágeis incapazes de tomar as ações necessárias. Os custos diretos de reparar os danos ao abastecimento de água e aos sistemas de águas residuais causados pela guerra são elevados

e os custos indiretos da destruição para a saúde humana são simplesmente desconhecidos e sobretudo incalculáveis o que leva a que a violência se estruture na sociedade. (*ibidem*).

A atmosfera

No que diz respeito ao impacto atmosférico, além das emissões atmosféricas dos veículos e outros equipamentos utilizados durante atividades de guerra e operações militares, a poluição atmosférica mais gravosa ocorre geralmente como resultado do uso de armas químicas, biológicas e nucleares. Dependendo da extensão e da natureza da poluição do ar e das condições topográficas e atmosféricas prevalecentes em torno da área onde esta se origina, os poluentes podem percorrer longas distâncias, contribuir para a chuva ácida e causar riscos irreversíveis para a segurança na saúde para seres humanos e outros organismos vivos localizados dentro de a zona afetada. Além do mais, armas convencionais e jatos de baixa altitude podem gerar altos níveis de ruído (140 decibéis ou mais), o que pode ter impactos a longo prazo sobre a seres vivos a ele submetidos. (Westing, 2013)

Os recursos minerais

Um dos impactos ambientais da guerra que tem recebido pouca atenção é o do esgotamento dos recursos minerais. Com efeito, mesmo em tempos de paz, o uso militar de energia e recursos não renováveis é substancial. Estima-se que o consumo global de petróleo para fins militares seja cerca de 6% do consumo mundial total, ou quase a metade do consumo total de todos os países em desenvolvimento. Não só o petróleo, como as utilizações militares de outros recursos não renováveis também são significativas. Por exemplo, o consumo militar global de alumínio, cobre, níquel e platina é maior do que o consumo total destes metais por todos os países em desenvolvimento do mundo. Estima-se que os usos militares representem 11% do uso global de cobre, 9% de ferro e 8% de chumbo. Em termos globais, entre 2 e 11 por cento de quatorze minerais importantes são consumidos para fins militares: alumínio, cromo, cobre, ferro, chumbo, manganês, mercúrio, níquel, platina, prata, lata, tungsténio e zinco. (*ibidem*:306) Também, os impactos ambientais das atividades de mineração associadas a altos níveis de extração de recursos são significativos. Os esforços de guerra geram grandes quantidades de materiais perigosos, não só cuja eliminação ambientalmente correta é uma tarefa difícil, demorada e dispendiosa mas cuja fabricação, manutenção, armazenamento e uso de armas por si só geram grandes variedades e quantidades desses resíduos impactando a segurança pessoal,

ambiental e na saúde. Apesar de tudo isto, o uso de tais armas tem sido historicamente generalizado. (Biswas, 2000:307)

> "Os Estados Unidos usaram cerca de 44 milhões de litros de Agente Laranja, 20 milhões de litros de Agente Branco e 8 milhões de litros de Agente Azul sobre 1,7 milhões de hectares no Vietname de 1961 a 1971. Algumas áreas foram pulverizadas várias vezes. Essas práticas contribuíram para graves danos ambientais, como a devastação em grande escala de culturas, o desmatamento, a perda de solo devido à redução da vegetação, a destruição do habitat da vida selvagem e o declínio na captura de peixes. Também tiveram impactos adversos na saúde humana, resultando em predisposição a cancro, danos nos cromossomas, abortos espontâneos entre outros por parte das populações expostas." (*ibidem*)

A biodiversidade

Importa igualmente atentar-se sobre os impactos negativos da guerra na biodiversidade. Estes resultam geralmente das ações coletivas de um elevado número de pessoas, tanto combatentes como não combatentes, para quem a guerra é uma dispensa para ignorar as restrições normais nas atividades que causam danos ambientais. Estes impactos podem ser diretos, como a caça e a destruição do habitat por exércitos, ou indiretos, por exemplo, através das atividades dos refugiados. Por vezes, esses impactos podem ser deliberados resultando num "ecocídio", neologismo para a destruição do ambiente com fins militares. Neste último caso, é possível encontrar duas categorias de ações: as que envolvem aplicações amplas de técnicas disruptivas para negar ao inimigo quaisquer habitats que produzam alimentos, refúgio, cobertura, campos de treinamento e áreas de teste para ataques; e aquelas que envolvem ações disruptivas relativamente pequenas que, por sua vez, libertam grandes quantidades de energia ou "forças perigosas" ou se tornam autogeradas no tempo. Exemplos incluem a libertação de microrganismos exóticos, as tentativas de alterar os padrões de chuva e a disseminação de minas terrestres (dos quais mais de 100 milhões de lixo existem em zonas de guerra antigas pelo mundo). Também, a presença de refugiados tem sido dos impactos mais prejudiciais para a biodiversidade. No caso do Parque Nacional de Virunga, durante a Guerra Civil da República Democrática do Congo, a presença de mais de 700 mil refugiados em cinco campos foi um desastre para a conservação devido à desflorestação desenfreada para a obtenção de lenha e material de construção, e caça direta da vida selvagem. [9] (McNeely, 2000: 361-363)

[9] Nos casos dos campos de refugiados que existiam na região dos Grandes Lagos, em Moçambique, no Sudão e nas áreas fronteiriças afegão-paquistanesas de 1994 a 1997, vários estudos estão agora a examinar questões de desflorestação, invasão de ecossistemas vulneráveis e parques nacionais, poluição da água e degradação do saneamento, poluição do ar e perda de espécies ameaçadas de extinção. (ibidem: 399) Para mais

Ainda assim, não é possível descurar efeitos positivos que a guerra tem sobre a biodiversidade, ainda que sob certas condições e sempre como efeitos colaterais acidentais. Segundo Myers, "Em alguns aspetos, de facto, a vida selvagem beneficia da guerra: os exércitos combatentes efetivamente designam as zonas de guerra como "fora dos limites" para os vagabundos casuais, colocando fora do mapa grandes áreas da África para caçadores furtivos". (*ibidem*:365) Outro exemplo são as zonas desmilitarizadas, como na península coreana que permitiu o desenvolvimento de um ecossistema e a proliferação de espécies animais e vegetais desaparecidas do resto do território. (Lawrence *et al.,* 2015)

2.3. Os impactos da destruição ambiental na saúde pública

O impacto ambiental causado pela guerra vai afetar todos os ecossistemas e todos aqueles que neles vivem, incluindo os seres humanos. É, pois, importante averiguar as consequências da destruição ambiental na saúde pública, área na qual convergem todos os impactos acima mencionados, pois o foco da Paz são os indivíduos e as comunidades em que estes se organizam. Assim, é essencial atentar-se às consequências na saúde humana e no seu bem-estar em geral e de que modo a insegurança gerada impede o atingimento de uma Paz positiva. Os impactos dos conflitos na saúde pública correspondem, geralmente, às várias consequências ecológicas dos mesmos. O uso de armas convencionais resulta em impactos como a poluição, o esgotamento de recursos e a destruição da infraestrutura essencial na área da saúde, e muitas vezes causa graves danos colaterais à saúde pública. Além disso, a produção, o teste, o uso e até o desmantelamento das armas de destruição em massa podem liberar toxinas mortais com efeitos generalizados para a saúde sendo, por isso, fonte de violência direta. (Jacoby, 2000: 379) De acordo com Fidler, os conflitos violentos também podem facilitar a propagação de doenças infeciosas: as situações de guerra conferem uma vantagem aos micróbios que, aproveitando o ambiente decorrente da destruição da infraestrutura de saúde pública, dos movimentos forçados de população, e das condições insalubres e falta de medicamentos e equipamento médico, invadem e afetam as populações. (2000:444-467) O bombardeamento da infraestrutura urbana também tem resultado na criação de situações e ambientes propícios à disseminação de doenças, óbitos por desnutrição, fome e stress psicológico, sobretudo através da formação

---

informação consultar International Organization for Migration (1996) "Environmentally-induced Population Displacements and Environmental Impacts Resulting from Mass Migration", Genebra; e Kibreab (1997) "Environmental Causes and Impact of Refugee Movements: A Critique of the Current Debate," Disasters 21, 20-38.

de aglomerados de populações de refugiados. Com efeito, "Nos novos conflitos da era pós-Guerra Fria marcados por cerco de cidades, ataques em refúgios e pulverização de cidades para efetuar a limpeza étnica, milhões de pessoas foram forçadas a fugir dentro ou entre fronteiras nacionais." (Leaning, 2000: 394)

Ainda assim, têm sido as armas nucleares que continuam a dominar as preocupações com os riscos potenciais para os seres humanos (Leaning, 2000: 393)A radioatividade no meio ambiente, que mesmo quando não sada militarmente é lançada nas suas várias fazes de produção e testes, representa uma séria ameaça à saúde de todas as espécies biológicas, inclusive humanos, ainda que a avaliação desta ameaça através de estimativas da radiação lançada seja uma tarefa difícil. Deste modo, a avaliação dos riscos para a saúde humana tem tido como base aquilo que pode ser encontrado em estudos epidemiológicos de populações expostas ao longo do tempo (*ibidem*) Estes estudos, com base em amostras relativamente pequenas e olhando as populações afetadas por testes acima do solo, ou vivendo na proximidade de instalações de produção e armazenamento de armas nucleares, sugerem que os efeitos adversos ao nível da saúde humana são irreversíveis, incluído mutações genéticas, problemas respiratórios, entre outros.[10] (*ibidem*)

Outro caso fulcral é do das minas antipessoais que têm destruído extensas áreas do solo. Estima-se que, como resultado dos últimos cinquenta anos de guerras, cerca de 100 milhões de minas terrestres ainda estejam ativas em todo o mundo, e outros 100 milhões existam sob a forma de stocks. Quase 400 milhões foram espalhadas desde a Segunda Guerra Mundial, e com a proliferação das guerras civis travadas por forças irregulares, o uso e propagação de minas terrestres como método preferencial para proteger e negar terras tem vindo a acelerar. Em março de 1999, o Tratado de Minas Terrestres de Otava entrou em vigor, proibindo o uso, a produção, o armazenamento e a transferência de minas terrestres antipessoais, o que representou uma vitória significativa e com consequências positivas claras para a sociedade civil, base da concertação de organizações e formações que levaram à aprovação do tratado. Assim, atualmente, a maioria das vítimas de explosões de minas terrestres são civis que tentam voltar para casa -atentando à sua segurança pessoal - ou uma vez em casa, que tentam recuperar campos, cortar madeira em florestas ou cuidar de animais de rebanho em campos. Muitas dessas tarefas rurais domésticas são levadas a cabo por crianças, o que leva a que estas sejam são afetadas de

[10] Para mais detalhe ver os trabalhos de A. Robbins, A. Makhijani, and K. Yih (1991) Radioactive Heaven and Earth, New York: ApexPress/ London: Zed Books, pp. 34-35, 162; e B. Danielsson (1990) "Poisoned Pacific: The Legacy of French Nuclear Testing," Bull. Atom. Scientists, 22-34; Center for Defense

maneira desproporcional por este tipo de armamento. Em áreas rurais e pobres, áreas onde a maioria dessas explosões ocorrem, o atendimento médico é muitas vezes insuficiente, quando não é inexistente. Deste modo, as minas terrestes têm acelerado a insegurança ambiental, nomeadamente através da negação do acesso a recursos naturais devido ao medo e devido à movimentação forçada de populações que se vêm obrigadas a fugir para áreas marginais e frágeis o que, por sua vez acelera o esgotamento da diversidade biológica. Aquando das explosões, para além de perturbarem os ciclos naturais do solo e da água interrompendo o fluxo natural do ecossistema, as minas causam lesões graves e morte de seres humanos, animais domésticos e selvagens. (*ibidem*:396-397)

2.4 O papel do meio ambiente na construção da segurança humana e de uma paz (positiva) ambiental[11]

Na exata medida em que a guerra tem impactos no meio ambiente e o meio ambiente tem impacto na guerra, a paz tem impacto no meio ambiente e o meio ambiente tem impacto na paz. Assim, atentaremos sobre o possível papel que o meio ambiente pode e deve desempenhar na construção de uma Paz sustentável em países afetados por conflitos. Com efeito, têm sido realizados trabalhos pioneiros em *environmental peacebuilding* advindos de uma percepção crescente que, ainda que os recursos naturais possam alimentar conflitos, eles também podem agir enquanto foco para a cooperação na criação de uma paz sustentável. "Em vez de perguntar se a degradação ambiental pode desencadear formas mais amplas de conflito violento entre grupos, perguntamos se a cooperação ambiental pode desencadear formas mais amplas de paz." (Ogden, 2018: 1)

Na verdade, de acordo as Nações Unidas (UNEP, 2009), nos últimos 60 anos 40% dos conflitos entre Estados ou no ceio destes têm ligações com divergências acercas de recursos naturais. Por um lado, guerras civis como as da Libéria, Angola e República Democrática do Congo centraram-se em recursos naturais de elevado valor económico como madeira, diamantes, ouro, minerais e petróleo. Por outro, conflitos como os do Darfur ou do Iraque e Afeganistão envolveram o controlo de recursos escassos, como terras férteis e água. (UNEP, 2009: 5) Acresce ainda que conflitos associados a recursos naturais têm duas vezes mais hipóteses de reiniciar o conflito nos primeiros cinco anos.

[11] A utilização do termo Paz ambiental tem por objetivo sublinhar o enfoque a dimensão ambiental, ainda que a literatura dos Estudos para a Paz assuma que a Paz positiva engloba também a sustentabilidade.

Apesar deste facto, menos de um quarto das negociações de Paz com o objetivo de solucionar conflitos relacionados a recursos naturais abordam mecanismos de gestão de recursos. (Binningsbø, 2008) Deste modo, do reconhecimento de que as questões ambientais podem contribuir para conflitos violentos, "ressalta a sua importância potencial como caminhos de cooperação, transformação e consolidação da paz em sociedades destruídas pela guerra." (UNEP, 2009: 5)

Efetivamente, a construção de uma Paz ambiental alicerça-se em três razões. Em primeiro lugar, a recriação de uma economia viável após um período prolongado de conflito violento continua a ser um dos principais desafios a enfrentar para estabelecer um segurança económica duradoura. (Del Castillo, 2008). Num cenário de pós-conflito, o Estado deve lidar com questões essenciais como por exemplo garantir a estabilidade macroeconómica, gerar emprego e restaurar o crescimento económico. Deve, portanto, procurar (re)estabelecer sistemas para a gestão das finanças públicas, bem como políticas monetárias e cambiais, algo que se tem revelado bastante complicado dado que o conflito reverte o processo de desenvolvimento, impactando as instituições, o investimento estrangeiro, o capital e o PIB (De Soto e Del Castillo, 1994) Normalmente, as autoridades públicas precisam de identificar as medidas que sejam capazes de gerar uma receita rápido e priorizar despesas destinadas a apoiar a recuperação económica e restaurar a infraestrutura e os serviços básicos. Também, numa situação pós-conflito, os governos enfrentam elevadas taxas de desemprego que podem resultar em instabilidade social. (*ibidem*) Assim, os recursos naturais extraíveis são muitas vezes o óbvio (e único) ponto de partida para gerar retornos financeiros e empregos rápidos. (Le Billon, 2001) No entanto, como foi nos casos da Serra Leoa e da Libéria[12], a exploração dos recursos naturais e a divisão das receitas resultantes também podem criar as condições para um conflito renovado. (UNEP, 2009:22) Em segundo lugar, as dinâmicas de paz ambiental obram no sentido de desenvolver meios de subsistência sustentáveis, garantes das dimensões de saúde e alimentação da segurança. (Dresse *et al*., 2016:9*)* Na verdade, os esforços de estabilidade e de promoção da paz têm sido complicados pela incapacidade de responder às necessidades ambientais e de recursos naturais da população, bem como fornecer serviços

[12] No caso da Libéria, o senhor da guerra e mais tarde Presidente Charles Taylor (1997), que liderou a invasão da Serra Leoa pela Frente Unida Revolucionária, estava motivado pelo desejo de lucrar com os campos de diamantes serra-leoneses. Ainda que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tenha imposto sanções nas exportações de diamantes vindos da Libéria (2001), Charles Taylor trocou para outro recurso natural, o da madeira, o que permitiu o prolongamento do conflito, com uma resposta da comunidade internacional a tardar.

públicos como gestão de resíduos, energia, e água potável. (Brown, 2013: 4) Assim, surgiu a crescente conscientização da necessidade de colocar os mais pobres e vulneráveis no centro da Paz, ao mesmo tempo que que se mantém a sustentabilidade dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras. O colapso dos meios de subsistência devido ao stress ambiental[13], o uso excessivo de ativos naturais ou má governança podem resultar em estratégias de competição cujo resultado último é a violência direta (Dresse *et al*., 2016:9). Finalmente, a construção de uma Paz ambiental contribui para o diálogo, a criação de confiança e a cooperação. Com efeito, o meio ambiente pode ser uma plataforma ou catalisador eficaz para reforçar o diálogo, reforçar a confiança, explorar os interesses partilhados e alargar a cooperação e, por isso, estabelecer uma paz positiva que vá além da mera ausência de violência direta. A abordagem pode ser aplicada em vários níveis, incluindo entre grupos sociais locais (através de linhas de conflito étnicas ou de parentesco), entre partidos de elite ou liderança das fações de conflito, e nos níveis regional e internacional. (*ibidem*) Estes esforços tentam capitalizar a interdependência ambiental das partes em conflito, o que pode servir como um incentivo para a comunicação entre fronteiras contestadas ou outras linhas divisórias de tensão. A gestão partilhada de água, terra, florestas, vida selvagem e áreas protegidas são os exemplos mais citados de cooperação ambiental para a construção da paz, mas a proteção ambiental (na forma de áreas protegidas, por exemplo) também tem sido usada como ferramenta para solucionar disputas sobre parcelas de terra ou fronteira contestadas.[14](Simokat, 2008)

De maneira mais geral, o fracasso em responder às necessidades ambientais mais prementes tem vindo a prejudicar a reconciliação entre as partes, a institucionalização política e a reconstrução económica. (Kaur, 2014) A curto prazo, a incapacidade de responder aos desafios ambientais pode aprofundar o sofrimento humano e aumentar a vulnerabilidade a desastres naturais. A longo prazo, pode ameaçar o funcionamento efetivo das instituições governamentais, económicas e sociais necessárias para uma Paz sustentável. Ainda assim, estes desafios podem também potencializar oportunidades. Os desafios ambientais partilhados podem criar oportunidades de construção de uma Paz positiva: fornecer uma agenda de interesses partilhados, promover a criação de confiança,

[13] Qualquer condição que imponha perturbação ou pressão ao meio ambiente

[14] O exemplo mais bem instalado são os dos chamados Parques da Paz (*Peace Parks)* que promovem a Paz através da criação de áreas protegidas transfronteiriças de gestão partilhada com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconómico. Ainda assim, os efeitos positivos destas iniciativas são difíceis de provar, sendo necessário um enquadramento institucional e legal com mecanismos bem definidos para que a Paz seja duradoura. (Barquet, 2015)

aprofundar os laços intergrupais e promover a (re)construção identidades partilhadas. (Krampe, 2017:3) Neste contexto, a Paz pode ser pensada como um *continuum* que vai desde a ausência de conflito violento até, na sua forma mais robusta, a impossibilidade de sequer imaginar um conflito violento (Freire e Lopes, 2008). A construção da paz envolve, assim, a criação de condições para um movimento positivo e sustentado ao longo desse *continuum*. (Conca e Wallace, 2013: 63)

Isto posto, as iniciativas de uma Paz ambiental podem, assim, ser classificadas em três categorias parcialmente sobrepostas: (i) iniciativas para prevenir conflitos diretamente relacionados com o meio ambiente; (ii) tentativas de iniciar e sustentar um diálogo sobre cooperação ambiental entre as partes em conflito; e (iii) iniciativas que visem alcançar uma paz duradoura, promovendo condições para o desenvolvimento sustentável. (Carius, 2006:6) Relativamente à primeira categoria, a cooperação ambiental pode potencialmente desempenhar um papel na prevenção do tipo de violência que surge devido à exploração descontrolada de recursos naturais, à destruição dos ecossistemas ou à devastação dos meios de subsistência contribuindo, assim, para garantir uma segurança humana em todas as suas dimensões. Assim, dado que as populações dependem economicamente destes recursos, a prevenção tem por objetivo permitir reduzir a pressão nos mesmos recursos e fortalecer as capacidades institucionais para responder aos desafios ecológicos. (Ide, 2017:544) Noutros casos, certos grupos que já se consideram marginalizados devido ao seu estatuto social e económico desfavorecido, são ainda vítimas de injustiças ambientais e a cooperação ambiental pode aliviar este sentimento e fomentar uma coexistência pacífica (Bruch e Woolsey, 2014) Em situações em que a identidade étnica determina o acesso a oportunidades políticas e económicas, os impactos ambientais tendem a afetar diferentes grupos étnicos de forma desigual. (Carius, 2006: 9). A segunda categoria visa abordar uma construção de uma Paz ambiental em conflitos interestatais que não têm o meio ambiente ou os recursos naturais como causa específica. Assim, o objetivo é criar um diálogo inicial entre as partes em conflito, quando outras abordagens políticas e diplomáticas falharam. (Conca e Dabelko, 2002) Em muitos casos, os países cujas relações são normalmente caracterizadas por desconfiança e hostilidade, se não mesmo o uso aberto de violência, constatam que as questões ambientais são uma das poucas áreas nas quais podem sustentar um diálogo contínuo.[15] (Carius, 2006: 10) Uma terceira abordagem à prevenção de

[15] Por exemplo, a criação de uma Comissão Permanente da Bacia do Rio Cabungo entre a Namíbia e Angola levou à realização de estudos que averiguaram as potenciais implicações da construção de barragens

conflitos e à construção da Paz por meio da cooperação ambiental baseia-se na premissa de que a sustentabilidade abrangente e de longo prazo é um pré-requisito para a paz duradoura. Segundo Lederarch (1997:97), para construção a paz um "[...] compromisso de longo prazo, construção de relacionamentos e consistência são cruciais" Nesta ótica, Ali (2005:2 *apud* EcoPeace, 2008: 10) reforça que os impactos da cooperação ambiental na construção da Paz devem ser considerados num horizonte de longo prazo, não sendo possível imaginar a construção de uma Paz ambiental como um processo linear, enfatizando que "o processo de de-escalada como uma série não-linear e complexa de ciclos de realimentação" é necessário. Assim, o autor delineia uma série de passos que são cruciais no processo de construção de Paz por meio de questões ambientais: (a) a partilha de uma base unificada de informações sobre uma ameaça ambiental mútua; (b) o reconhecimento da importância da cooperação para aliviar essa ameaça; (c) o estabelecimento de uma conexão cognitiva e o desenvolvimento da confiança devido à cooperação ambiental; (d) interação contínuas devido à necessidade ambiental; (e) o esclarecimento de mal-entendidos como resultado de interações contínuas; e (f) a de-escalada do conflito e a construção da Paz. (*ibidem*). Ademais, acresce que as pessoas que consideram o futuro tão importante quanto o presente, atribuem valor às questões ambientais, enquanto que alguém que tem um horizonte temporal mais curto, geralmente, mostra menos cuidado com o meio ambiente. Lederach (1997:77) destaca que "grupos conflitantes em cenários de conflitos prolongados geralmente têm mais em comum em termos das suas visões do futuro do que em termos de seu passado partilhado e violento", portanto o desenvolvimento de uma visão partilhada é crucial. Assim, para um processo bem-sucedido de cooperação ambiental, não ocorre apenas a criação de confiança entre as partes, mas também o estabelecimento de uma identidade que é facilitada através do desenvolvimento de valores, normas e práticas partilhadas (EcoPeace, 2008: 13).

Ainda assim, esta área de estudos emergente de construção de uma Paz ambiental enfrenta dificuldades. Para Carius, um dos fracassos mais óbvios tem sido a incapacidade de transformar a cooperação ambiental em formas mais amplas de cooperação política e iniciar um diálogo político que vá além dos aspetos ambientais, no que diz respeito aos conflitos interestatais. (2006:14) Ademais, estabelecer causalidade é um problema maior nesta área. (Ogden, 2018:1) Efetivamente, é de duvidar que os métodos disponíveis de avaliação de impacto sejam verdadeiramente adequados para avaliar o impacto de medidas

hidroelétricas e do desvio de águas para irrigação. Esta forma de cooperação ambiental acabou por resultar na gestão partilhada deste recurso hídrico. (Earle e Méndez, 2004)

individuais ou de programas mais abrangentes: os impactos diretos são difíceis de medir, os impactos relevantes tendem a ocorrer após um certo espaço de tempo e os processos de construção da Paz não decorrem de forma linear. Com efeito, estes são caracterizados por sucessos de curto prazo com contratempos frequentes. (Carius, 2006: 24) Também, um tema recorrente é que o monitoramento ambiental, a recolha de dados e a partilha de informações são vítimas dos conflitos. Normalmente, o monitoramento é esporádico, faltam dados históricos, e a coordenação entre agências (quando as agências existem e funcionam) é pobre ou inexistente. (Conca e Wallace, 2013: 72)

2.5 O impacto das alterações climáticas: perspetivas

Ora, para além dos efeitos que a guerra provoca sobre o meio ambiente, e a importância deste para a construção de uma Paz sustentável, as alterações climáticas vêm introduzir uma nova variável nas dinâmicas da paz e dos conflitos.

No que diz respeito ao estudo dos conflitos, desde a publicação do Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas, em 2007, as alterações climáticas passaram a ser vistas como uma ameaça, tanto a curto como a longo prazo, para o desenvolvimento sustentável e um amplificador de conflitos violentos. (IPCC, 2007). Com efeito, o aumento das temperaturas médias globais, que já está a ter lugar e com a projeção de continuar, mudará o clima em muitas partes do mundo. Assim, ainda que os efeitos variem de região para região, decorrerão mudanças nos padrões de precipitação, o derretimento das calotas polares com respetivo aumento do nível médio das águas do mar que ameaçarão áreas costeiras e ilhas, períodos de seca mais extensos e épocas de plantio mais curtas, e um aumento na frequência e intensidade de eventos climáticos extremos como tempestades e inundações. (IPCC, 2007; Smith e Vivekananda, 2007) O efeito destas consequências físicas irá aumentar as pressões sob as quais estas sociedades já vivem. O contexto de pobreza e má governança significa que muitas dessas comunidades têm uma baixa capacidade de adaptação às mudanças climáticas e enfrentam um alto risco de conflito violento. (Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável, 2015) Estes fatores conjugados com pressões existentes sobre os recursos naturais levarão em várias áreas a falta de colheitas, fornecimento inadequado de alimentos e meios de

subsistência cada vez mais inseguros. Essas consequências adicionais serão especialmente acentuadas em países onde a pobreza, a exclusão, a desigualdade e a injustiça já estão assentes. (Smith e Vivekananda, 2007:9) A fragilidade da economia restringe a gama de possibilidades de rendimento para a população e priva o Estado de recursos para dar resposta às necessidades das pessoas. A insegurança alimentar desafia a própria base de poder continuar a viver num determinado lugar e, como resposta a esse e outros tipos de insegurança, a migração em larga escala acarreta altos risco de conflito por causa das reações hediondas que frequentemente recebe e das políticas inflamatórias que costumam acolhê-la. (*ibidem*)

Contudo, é possível reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas – e assim também mitigar elementos geradores e perpetuadores de violência - através de uma aposta nas capacidades adaptativas. Seria, assim, a melhor forma de garantir a Paz. (Rotberg, 2013: 396) Na verdade, não se trata da diminuição da exposição ou sensibilidade às alterações climáticas, mas, através de uma gestão destes riscos, ser-se capaz de reduzi-los. (WBGU, 2008). As alterações climáticas podem afetar a construção de uma Paz sustentável de duas formas. Em primeiro lugar, podem dificultar as operações de paz existentes, tornando uma transição para a Paz mais difícil e mais custosa. Por exemplo, podem causar danos nos recursos naturais vitais para a economia dos territórios, o que é especialmente verdade em economias dependentes dos setores da agricultura e da pecuária, como é o caso da maior parte dos países onde decorrem as missões de Paz. A redução dos recursos também pode aumentar a concorrência e as tensões em ambientes voláteis e afetar a capacidade institucional para lidar com estas situações, desviando fundos de outros setores, como da reconstrução da infraestrutura. Na medida em que as alterações climáticas intensificam os processos que têm o potencial de minar a paz - por exemplo, aumentando as deslocações de população ou causando mais retrocessos no desenvolvimento - corre o risco de fomentar a recaída em conflito. (Matthew e Hammilla, 2013:268) Em segundo lugar, as alterações climáticas podem afetar a construção da Paz através de uma alteração das prioridades desta, permitindo a sociedades frágeis de lidar melhor com os seus impactos. Isto seria, por exemplo, uma utilização mais sistemática de dados climatéricos para informar decisões relativas às missões de Paz que representam decisões de longo-prazo (como o planeamento do uso da terra, a prospeção de recursos e investimentos). Também, significaria uma maior ênfase em mecanismos de alerta precoce

e em ferramentas e estratégias de redução do risco de desastres naturais. (Swain e Krampe, 2011) Em suma,

> "O melhor processo de mudança para uma adaptação bem-sucedida às alterações climáticas é o mesmo que os processos envolvidos na construção da paz. Em ambos, as energias devem estar envolvidas em diferentes partes da sociedade - entre comunidades e os seus líderes, no setor privado, nos media, nos grupos políticos, nos ativistas sociais, nos estudantes e intelectuais - e em diferentes níveis - entre a elite e entre as pessoas comuns. Em ambos, o processo deve incluir tanto mulheres quanto homens, jovens e adultos, minorias e comunidades maioritárias, e também deve atravessar as diferenças políticas." (Smith e Vivekananda, 2007:32)

Em síntese, neste capítulo ficaram explícitas as interações entre o meio ambiente e os conflitos, e o meio ambiente e a construção de uma Paz sustentável. Por um lado, o meio ambiente é uma vítima principal dos conflitos. A destruição causada afeta os vários ecossistemas com consequências duradouras no que diz respeito à destruição da biodiversidade e à destruição do tecido socioeconómico, pois os recursos naturais são a principal fonte de rendimento dos países afetados. Igualmente, ficou claro a importância da solidez das instituições e da capacidade do Estado em agir, pois a destruição ambiental causada afeta de sobremaneira a saúde humana, através da poluição, libertação de toxinas, entre outros. Assim, torna-se essencial incluir uma dimensão ambiental na construção de uma Paz sustentável. O meio ambiente revela-se fulcral para a reconstrução de uma economia viável, da elaboração de meios de subsistência sustentáveis e da organização de dinâmicas positivas de cooperação.

Assim, através do caso de estudo do Afeganistão, será possível de analisar, no próximo capítulo, de que forma é que o meio ambiente foi impactado por um conflito particularmente longo e violento, e de que forma é que o meio ambiente tem sido (ou não) uma área central para a construção da Paz, por parte dos atores locais e internacionais.

CAPÍTULO 3 – O MEIO AMBIENTE: A VÍTIMA ESQUECIDA DO CONFLITO AFEGÃO?

"Como a história provou, a vitória triunfante no Afeganistão deve ser considerada apenas uma façanha temporária, pois o sucesso será tirado quase tão depressa como foi dado". (Runion, 2007:1)

O meio ambiente e os recursos naturais, ainda que secundarizados pela literatura científica dos Estudos da Paz e dos Conflitos, não o é na vida concreta daqueles que são vítimas de conflitos particularmente violentos e prolongados. Seja pela destruição de recursos naturais, pela redução da biodiversidade, pelo aumento da poluição ou pela destruição do tecido socioeconómico, o impacto da guerra no meio ambiente é duradouro. (Austin e Bruch, 2000) O objetivo deste capítulo é apresentar o estudo de caso do Afeganistão de modo a mostrar as interações entre guerra e paz com o meio ambiente e da suma importância que este último deve adquirir nos projetos de reconstrução pós-conflito. Este estudo vai analisar de que forma o conflito no Afeganistão comprometeu a segurança humana, na sua vertente ambiental, e de que forma os projetos de (re)construção da Paz têm dado resposta a essas ameaças à Paz. Para tal, esta dissertação vai usar enquanto quadro analítico a matriz da segurança humana, com particular enfoque para as dimensões de "segurança alimentar, ambiental[16] segurança na saúde, fazendo dialogar essas

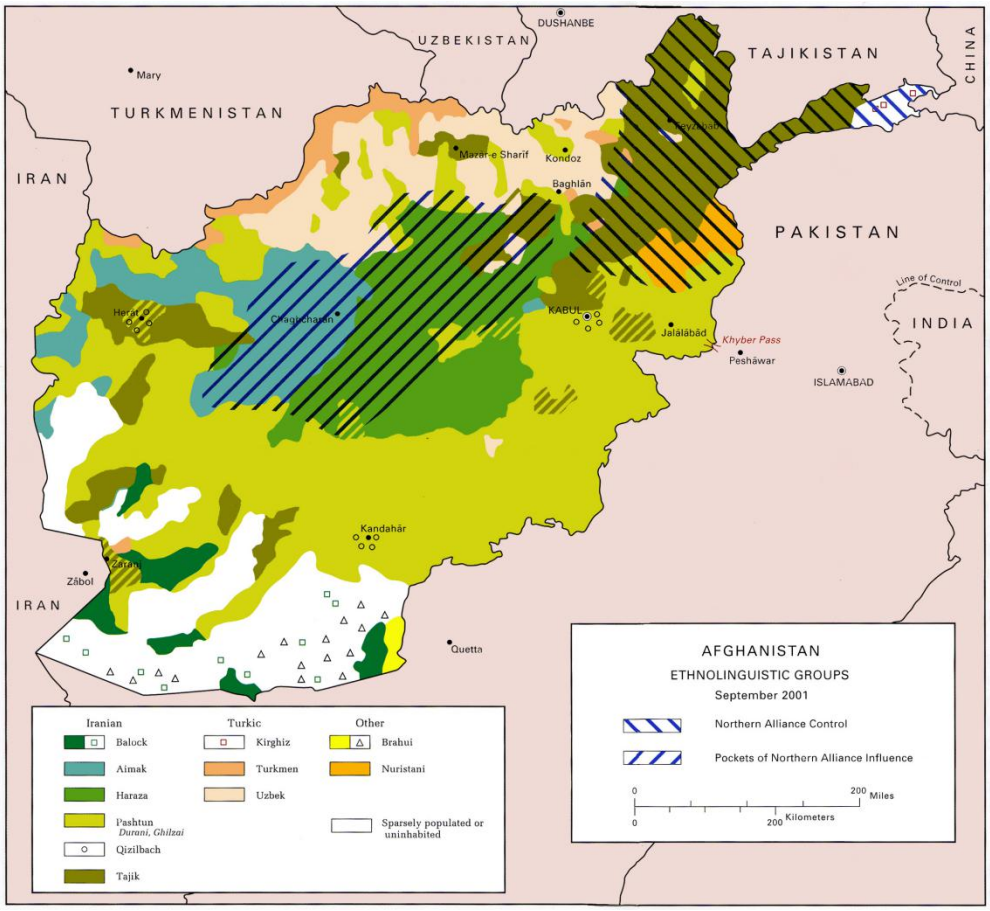
[16] O conceito de segurança humana engloba as seguintes dimensões: segurança económica, segurança alimentar, segurança na saúde, segurança pessoal, segurança comunitária e segurança politica. As dimensões de saúde, alimentação e ambiente são essenciais para o estudo desta dissertação pois o meio ambiente para alem de agir como provedor de alimentos, agua e plantas medicinais para os habitantes, é também o meio no

dimensões com os campos da ecologia política e da saúde pública, cruciais para uma reflexão sobre o impacto do meio ambiente na (in)segurança no Afeganistão e o seu garante para estabelecer uma Paz positiva. . Assim, o estudo de caso do Afeganistão será analisado tendo em conta a poluição (do ar, água e solo), a desflorestação, a conservação da biodiversidade, a prevenção de catástrofes naturais, a destruição de infraestrutura básica, a proeminência de doenças infeciosas, o nível de fome/desnutrição, a existência de minas terrestres e de resíduos tóxicos e a adaptação e mitigação das alterações climáticas.

Assim, começar-se-á pela apresentação do contexto histórico, com ênfase no período entre 1992 e 2014 que representa o início da guerra civil e a retirada das tropas americanas de território afegão, respetivamente. De seguida, pretende-se averiguar quais é que foram as consequências para o meio ambiente no contexto de um conflito violento prolongado no Afeganistão, bem como averiguar de que forma e com que impacto é que o meio ambiente foi integrado na Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) desde 2002 e do Programa de Desastres e Conflitos do Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente nesse âmbito. Finalmente, pretende-se elencar os principais desafios que ainda são colocados ao país no contexto das alterações climáticas.

3.1. Introdução ao Afeganistão: um país de contrastes

qual estes vivem e, por isso, a qualidade da terra, do ar e da agua tem implicações na saúde humana na dos restantes seres vivos. Assim, a recuperação do meio ambiente é central.



17

O Afeganistão é um país totalmente sem litoral localizado no sul da Ásia, com uma área de aproximadamente 65 mil quilómetros. Localizado a leste do Irão e ao norte e oeste do Paquistão, outros países que compõem a fronteira incluem o Turquemenistão, o Uzbequistão e o Tajiquistão. No lado leste do país, o Afeganistão também partilha uma pequena parte da fronteira com a China. A nível topográfico, o Afeganistão é dividido em três regiões: a terra pastoril no Norte, o planalto central (incluindo a maioria das montanhas Hindu Kush), e o deserto estéril e varrido pelo vento do planalto sul. (Runion, 2007:2) O extremo norte da região é a principal região agrícola do país e é composta principalmente de planícies férteis e campos de cultivo. No entanto, esta área fértil ainda requer uma fonte de água adequada para permitir o melhor cultivo e colheita das culturas, uma vez que a precipitação anual é escassa. Por isso, esta região agrícola corresponde apenas a cerca de 12% da área total do país. (*ibidem*: 2) A segunda região do planalto central engloba a maioria do Afeganistão. Esta paisagem áspera e acidentada é conhecida como as Montanhas Hindu Kush. A erosão é aparente nas áreas

[17] Wikipedia "US Army ethnolinguistic map of Afghanistan" https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bb/US_Army_ethnolinguistic_map_of_Afghanistan_--_circa_2001-09.jpg [consultado a 31/05/2018]

montanhosas que são afetadas por monções e precipitação intensa. (*ibidem*: 3) A terceira região é um planalto deserto seco e árido que compõe a área sudoeste do Afeganistão, perto do Paquistão e do Irão. Este deserto praticamente infértil é referido como o planalto do sul. Vários rios atravessam o planalto, permitindo que algum solo fértil prospere perto dos depósitos aluviais do rio. (*ibidem*: 4) O Afeganistão tem uma abundância de recursos naturais, incluindo gás natural, petróleo, carvão, enxofre e pedras preciosas e semipreciosas. (CIA, 2018) Além disso, os recursos minerais encontram-se em grande quantidade e incluem crómio, cobre, ouro, ferro, chumbo, sal e prata. (*ibidem*) A maior exportação é o sal, com cerca de 40.000 toneladas de sal extraídas por ano. No entanto, a produção de ópio do país é a mais elevada do mundo, com mais de 75% do ópio do mundo oriundo do Afeganistão. (Malloch-Brown, 2008) O povo do Afeganistão é composto por uma variedade de grupos étnicos, com crenças, línguas e culturas particulares. Desses grupos étnicos, os pachtuns compõem quase metade da população e vivem nas regiões sul e leste do Afeganistão Os outros três grandes grupos étnicos são os tajiques, os azaras e os uzbeques, e grupos étnicos menores são os aimak, os turcomanos e os baloches. Finalmente, p Afeganistão tem duas línguas oficiais, o pachtun e o dari (persa afegão) Estimativas do governo dos EUA revelam que o Dari é a principal língua entre metade da população e que cerca de 35% da população fala pachtun.(Marine Corps Institute, 2003)

3.2 A violência no Afeganistão em três ondas: de 1979 a 2014

O Afeganistão é uma terra de extremos. Durante quase cinquenta anos do século XX - de 1929 a 1978 - foi um dos países mais pacíficos da Ásia, tendo mantido a neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial. Ora tudo isto veio mudar, com as guerras do Afeganistão que ocorreram em três vagas. (Maley, 2002)

Primeiro, de 1979 a 1989, com a invasão do país em dezembro de 1979 pela URSS, devido ao facto que o regime comunista e os seus apoiantes soviéticos foram agredidos por grupos populares de resistência, conhecidos por Mujahidin. A resistência popular continuou após a conclusão da derrota e retirada soviética do Afeganistão em fevereiro de 1989 e, em abril de 1992, o regime comunista entrou em colapso. (Carlisle, 2010: 24) Ao longo de quase 10 anos, o conflito resultou do apoio dos soviéticos ao Partido Democrático do Afeganistão (PDPA) contra as forças rebeldes dos Mujahidin. Especificamente, o termo Mujahidin (que significa combatente em árabe) refere-se a um grupo de insurgentes afegãos que foram auxiliados e financiados não por países como o Paquistão, Arábia

Saudita, Irão, Egito e Jordânia, mas também os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a China que revelaram serem um apoio fundamental. Em meados da década de 1980, o movimento de resistência afegão tinham recebido uma quantidade substancial de ajuda desses países, e os combatentes afegãos tinham sido treinados extensivamente pelos Estados Unidos e pelo Paquistão como parte da oposição este-oeste da Guerra Fria. (Runion, 2007: 151) No entanto, uma ocupação projetada para durar alguns meses duraria dez anos. Com justa causa, foi descrito como o Vietnam da União Soviética. (Clements, 2003: xxiv) No final, os soviéticos perderam cerca de 40 mil soldados mortos em ação: um grande número deles foi assassinado, alguns cometeram suicídio, muitos tornaram-se toxicodependentes e muitos outros sucumbiram devido às condições de saúde e alimentação e equipamentos inadequados. "Preparados para travar uma guerra convencional europeia com um plano de batalha destinado a destruir a oposição mal equipada ou a aterrorizá-los de tal forma que fugissem para o Irão ou o Paquistão, os militares soviéticos subestimaram a capacidade dos mujahidin." (Carlisle, 2010: 28) De uma sociedade tradicional guerreira, os mujahidin também tinham a vantagem do apoio da população local, que se opunha e obstruía os soviéticos e as forças do governo; inclusive as mulheres envolveram-se na resistência. (Clements, 2003: xxiv) Os mujahidin viam-se a si mesmos como combatentes numa *jihad* dirigida contra um governo infiel apoiado pelo regime comunista de Moscovo. No entanto, deve-se esclarecer que os mujahidin nunca foram uma força unificada e representaram os interesses faccionais da sociedade afegã. (Ewans, 2005: 131) Divididos entre grupos muçulmanos sunitas e muçulmanos xiitas, radicais islâmicos e moderados, o único fator unificador era sua oposição ao governo e à presença soviética. (*ibidem*: xxv) Em meados da década de 1980, tornou-se evidente para os soviéticos que eles estavam envolvidos numa guerra que eles não poderiam vencer e que era necessário garantir uma solução política no Afeganistão para permitir que as suas tropas fossem retiradas. Estimava-se que havia cerca de 5 milhões de refugiados afegãos, a maioria dos quais em campos de refugiados no Paquistão e dependiam totalmente de agências da ONU ou organizações não-governamentais para a sua sobrevivência. (Middle East Research and Information Project, 2001) Em 1988, os Acordos de Genebra foram assinados e o governo soviético concordou em retirar-se do Afeganistão dentro de nove meses. (Klass, 1988)

O resultado das rivalidades étnicas e faccionais que perduraram apesar da retirada soviética, foi uma guerra civil desde 1992 amplamente travada em Cabul e nos arredores imediatos. (Ewans, 2005: 123) No processo, partes significativas da cidade foram

reduzidas a escombros, e outra onda de refugiados fugiu para as províncias orientais e para o Paquistão. (Crews e Tarzi, 2008: 18) Contos de assassinato, mutilação, rapto e violações marcaram o conflito, com todos os grupos a serem igualmente culpados. (Clements, 2003: xxviii) A guerra civil não foi apenas um colapso da lei e da ordem, mas uma "desintegração completa da sociedade afegã", e as atrocidades interétnicas traumatizaram a população civil. (*ibidem*) Com o território dividido entre vários comandantes mujahidins que se tinham estabelecido como senhores da guerra regionais, as populações locais foram vítimas de assassinato, pilhagem, violação e extorsão. O beneficiário de curto prazo foi o chamado "movimento talibã", uma força de extremistas religiosos anti modernistas, apoiados pelo Paquistão, do grupo étnico Pachtun que tomou Kabul em setembro de 1996 e procurou "estabilizar" o país através de uma política de repressão feroz. Formado por vários mulás[18] pachtuns que eram veteranos da guerra contra a URSS e desejavam ver o fim da guerra civil, o movimento concentrado em torno de um ex-comandante mujahidin, Mullah Muhammad Omar, recebeu apoio do Paquistão em troca do asseguramento das rotas comerciais para a Ásia Central. (Crews e Tarzi, 2008: 4) Na primavera de 1997, os Talibãs controlavam cerca de 90% do país. (Clements, 2003: xxix) As fileiras dos talibãs tinham sido fortalecidas por combatentes estrangeiros, em grande parte oriundos de países árabes, da Chechénia e do Paquistão, muitos dos quais também faziam parte da Al-Qaeda. (*ibidem*)

Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos contra o *World Trade Center* e o Pentágono, resultando em quase 4 mil mortes civis, levanta-se a terceira onda de violência no país. Os governos dos EUA e do Reino Unido nomearam a organização al-Qaeda como responsável pelas atrocidades, com Osama bin Laden como instigador e financiador da operação. Declarando uma "Guerra ao Terror" (CNN, 2001) o governo dos EUA tinha como o objetivo imediato derrubar o regime talibã, capturar Osama bin Laden e a destruição da al-Qaeda. O governo paquistanês do presidente Pervez Musharraf declarou imediatamente o seu apoio, assim como as repúblicas da Ásia Central que temiam que os fundamentalistas islâmicos pudessem causar distúrbios nos seus países respetivos. (Clements, 2003: xxx) A campanha contra os Talibãs e a al-Qaeda do Outono de 2001, iniciou-se a 7 de outubro de 2001 com um ataque aéreo projetado para destruir instalações e infraestruturas dos Talibãs e ataques a campos de treino da Al-Qaeda. Outros

[18] Clérigo islâmico local ou líder de uma mesquita.

objetivos eram preparar o caminho para ataques terrestres por forças convencionais e para ajudar forças afegãs anti Talibã. (Global Security)

Após a retirada com sucesso dos talibãs do poder, foi alcançado um acordo entre grupos anti Talibã sobre a formação de um governo interino para o Afeganistão, numa conferência realizada em Bonn, na Alemanha, sob os auspícios das Nações Unidas. Este acordo foi anunciado em 5 de Dezembro de 2001, com Hamid Karzai a ser eleito presidente do governo interino. Este governo estava programado para durar seis meses, para ser substituído por um governo interino aprovado por uma *loya jirga* (Grande Conselho), durante dezoito meses. Posteriormente, o Afeganistão deveria ter um governo democraticamente eleito, com votação em 2004. Para ajudar o novo governo a manter a ordem, o Conselho de Segurança da ONU autorizou a formação da Força Internacional de Assistência à Segurança em Agosto de 2003 inicialmente com 5 mil efetivos (ISAF (Vigier, 2009: 4) A transição pós-Talibã foi completada com a convocação de um parlamento em dezembro de 2005 à qual se seguiu, em janeiro de 2004, a adopção de uma nova constituição que resultaram em eleições presidenciais bem-sucedidas a 9 de outubro, coma a eleição de Hamid Karzai, e eleições parlamentares a 18 de setembro de 2005. (Schroder, 2012:9) Será apenas 13 anos depois, a 28 de dezembro de 2014 que os Estados Unidos e a NATO terminarão as suas missões de combate no Afeganistão, com um pico de 130,000 combatentes em 2010 (NATO,2017) ainda que um acordo tenha sido assinado com o Afeganistão para permitir a permanência de tropas após esta data, na missão Apoio Resoluto iniciada em 2015 e composta por 12,500 operacionais. (NATO, 2014) Contudo, a situação está longe de estar estabilizada. Nos inícios de 2018, o governo controlava apenas 65% do território. (SIGAR, 2018: 69)

Os resultados não são animadores. Um PIB per capita anual de 561 dólares americanos (Banco Mundial, 2018) apesar dos 3,402 milhões de dólares americanos em ajuda pública ao desenvolvimento em 2015-2016. (OCDE, 2018). A situação social é igualmente desastrosa: 2,5 milhões de refugiados (UNHCR, 2018), a taxa de desemprego a 22% e a de pobreza a 39% em 2013-2014, de acordo com Poverty Status Update do Banco Mundial (2017). Como será possível ver na secção seguinte, também o meio ambiente e os recursos naturais foram grandemente afetados pelas sucessivas guerras durante 35 anos.

3.3 O impacto da guerra no meio ambiente afegão

Estas três vagas de violência foram devastadoras para o país não apenas no plano socioeconómico, mas no ambiental também. O impacto no meio ambiente traduz-se, por sua vez, como um elemento que vem por em causa a segurança humana e que impede o estabelecimento de uma paz positiva. Os danos causados às florestas podem ser considerados o maior desastre ambiental que ocorreu no Afeganistão devido à guerra. A título de exemplo, durante a invasão da URSS, área florestal diminuiu de 3,4% para 2,6% da área terrestre em menos de dez anos (UNOCA, 1991 *apud* Formoli, 1995: 66) provocando danos para a saúde humana dado a cobertura florestal permitir eliminar dióxido de carbono da atmosfera. Para além da área florestal, a guerra destruiu grande parte da infraestrutura agrícola (cerca três milhões de unidades) levando a que a produção agrícola diminuísse de cerca de 70% em comparação com a situação anterior à guerra (Yusufi, 1988 *apud ibidem*). Para compensar esta perda, a população rural começou a utilizar os recursos naturais que se encontravam disponíveis e que não estavam regulamentados, o que levou à perda de florestas e ao contrabando de madeirapara fora do país, uma prática que se prolongou durante a segunda guerra civil (Saba, 2001: 282) om efeito, devido à guerra, a necessidade de combustível aumentou exponencialmente o que, juntamente com a vigilância diminuída, levou a que as valiosas florestas de pistáchio fossem utilizadas como combustível, causando insegurança económica. (GRA, 1992 *apud* Formoli, 1995: 66) Apenas entre 1195 e 1996, dois milhões e meio de metros cúbicos de madeira foram contrabandeados para fora do Afeganistão e vendidos no Paquistão com a permissão do governo paquistanês da época, ainda que estimativas não oficiais indiquem valores superiores (The Nms, 1997 *apud* Saba, 2001: 284). Adicionando uma outra camada a este flagelo, o resto da floresta que não produzia madeira para contrabando acabava por ser queimada para que a partir dela pudesse ser obtido carvão. (Hashmat, 2015), eliminando terreno fértil do qual muita da população podia extrair o seu ganha pão e assegurar a sua saúde. Em 2003, mesmo com decretos do governo contra a extração descontrolada de madeira, 25 a 50 camiões por dia removiam troncos, com estimativas da população local a indicar que a perda da floresta se encontrava na faixa dos 50% a 70%. (Schroder, 2012: 482) Atualmente, a maioria das florestas recuou ou desapareceu totalmente de lugares onde antes floresceriam. Acima de 1500 metros de altitude, cerca de 50% a 70% das árvores desapareceram para servirem de armazenamento de combustível durante a ocupação soviética e forças militares cortavam árvores indiscriminadamente para lenha, bem como para reduzir esconderijos e permitir emboscadas contra inimigos. (Schroder, 2012: 482-483)

Em alguns casos, a desertificação é causada pelo abandono de terras frágeis que precisam de ser cuidadas com frequência, quando as populações fogem da guerra. Noutros casos, a desertificação ocorre por meio de pastoreio excessivo em zonas onde as populações deslocadas se amontoam. (Saba, 2001: 283) Efetivamente, devido ao número excessivo de rebanhos ou concentração de animais, a superfície do solo torna-se solta e altamente propensa à erosão causada por ventos e chuva. Assim, nenhum solo fértil é deixado para o cultivo de vegetação natural (Hashmat, 2015) O excesso de pastoreio é um resultado direto do que veio a ser conhecido como a "tragédia dos comuns," em que os indivíduos negligenciam o bem-estar da terra partilhada (comum) em busca de seu próprio ganho pessoal, o que leva a que o benefício individual a curto-prazo se traduza em custos enormes no futuro para todos, através do esgotamento do recurso comum potenciando injustiças sociais, violência estrutural e insegurança económica. (Schroder, 2014: 480-481)

Uma vez que a produtividade florestal diminui ou foi monopolizada pelos senhores da guerra, os agricultores pobres recorreram ao cultivo do ópio como alternativa, o que os coloca face a uma violência direta por parte dos senhores da guerra e do governo que luta para acabar com o cultivo. Inclusive, os senhores da guerra afegãos encorajaram o cultivo de ópio para os mercados internacionais de drogas em expansão, resultando numa degradação da terra (Saba, 2001: 282). Em 2003, o Afeganistão era responsável por 90% da produção mundial de ópio e também é um dos principais produtores de haxixe. (UNEP, 2003b) De acordo com o Fundo Monetário Internacional, o comércio de drogas tornou-se um dos principais pilares da economia afegã, representando 40% a 50% do PIB (como atividade ilegal não registada) e envolvendo 5% da população. (*ibidem*:8)

Finalmente, a presença de mais de dez milhões de minas terrestres faz do Afeganistão o campo minado mais letal do mundo. (Schroder, 2012: 480) Segundo o CIET International, um grupo internacional de epidemiologistas e cientistas sociais, inquéritos em 37 comunidades afegãs em 1994, mostraram que 12% de todos os domicílios investigados foram afetados por minas terrestres (Anderson *et all*., 1995 *apud* Saba, 2001: 284). Vitimas da violência direta a que são expostos, nos três anos anteriores à invasão dos Estados Unidos em 2001, 3000 afegãos foram mortos ou mutilados pelas explosões de minas, com uma taxa média 50 pessoas por semana. (*ibidem*) A degradação de terras agrícolas e pastagens por minas terrestres forçou milhões de agricultores e nómadas a abandonar suas atividades agrárias tradicionais.

Em segundo lugar, "nenhum recurso natural é mais precioso no Afeganistão do que a água". E, por isso, os sistemas de gestão de água em todo o país foram gravemente danificados durante os anos de lutas internas. (Azimi, 2007: 4) Historicamente, uma rede de *karez*, túneis subterrâneos tradicionais do Afeganistão, permitia o fornecimento de água pelo país. Ora, só durante a invasão da URSS, estima-se que 27 a 36% de todos os sistemas de irrigação tenham sido danificados como um efeito direto da guerra (UNDP, 1993c *apud* Formoli, 1995: 67) o que levou à redução dos meios de sustento dos afegãos, afetando por isso, a sua alimentação e *in fine* a sua saúde. Os sistemas de irrigação são fulcrais na sociedade afegã, pois esta é grandemente afetada pela falta de disponibilidade e acesso a água. Na verdade, os glaciares do Hindu Kush encolheram 30% nos últimos 50 anos, o que levou a que cada vez mais fossem utilizadas as reservas de água subterrânea pelas comunidades. E mesmo assim, apenas 27% das residências têm acesso a água potável. As restantes veem-se a braços com doenças infeciosas, deteriorando as suas condições de saúde já precárias. (Hook, 2012) Sem acesso aos sistemas de irrigação tradicionais, as comunidades são ainda mais vulneráveis a mudanças nos padrões da chuva, secas ou outros fatores ambientais. (*ibidem*) A sua destruição resultou também num aumento da salinização do solo (que destrói a cobertura vegetal) devido à falta de drenagem das águas residuais salgadas. (Schroder, 2014: 477)

No que diz respeito à gestão de resíduos, a capital, Cabul, é considerada uma "lixeira a céu aberto" e é considerada uma das cidades mais poluídas do mundo (Ahsan, 2012 *apud* Schroder, 2014: 486). Durante a invasão soviética, a destruição de fontes de água limpas e seguras fez com que doenças transmitidas pela água, como a malária e as doenças diarreicas, atingissem proporções epidémicas. Apesar do impacto evidente sobre a saúde publica, resíduos e efluentes de todas as operações industriais continuaram a ser despejados diretamente nos sistemas fluviais ou descarregados nos terrenos abertos, formando "estuários de esgoto". (Formoli, 2012: 67)

Já a qualidade do ar tem-se deteriorado lentamente devido a um excesso de poeiras e gases de escape proveniente de um número crescente de veículos e da queima de carvão e madeira para aquecimento. (Schroder, 2014: 488) A esta situação acresce o lixo proveniente de bases militares no Afeganistão, que é descartado em poços onde são realizadas queimadas, e a presença de veículos militares que expõem soldados e civis a

níveis perigosos de poeira tóxica, aumentando de sobremaneira os níveis atmosféricos de poluição e, por isso, causando danos gravosos para a saúde.[19] (*ibidem*: 489)

De seguida, a biodiversidade é um fator essencial para a sobrevivência das comunidades rurais. São a fauna e a flora que, sem a contribuição da tecnologia, permitem, naturalmente, controlar a erosão, fertilizar o solo e a polinização de culturas. Com efeito, os recursos naturais e a diversidade biológica associada fornecem a base de sustento para até 80% da população afegã garantindo a sua alimentação (UNEP, 2008 *apud* Saidajan, 2012: 12). Ora, a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza lista 39 espécies (16 mamíferos e 19 aves) e 8 subespécies no Afeganistão como estando globalmente ameaçadas de extinção. Estas incluem espécies selvagens não encontradas noutros lugares do mundo, como a ovelha Marco Polo e o leopardo das neves, que se encontram sob pressão da caça, perda de habitat e comércio ilegal. (Saidajan, 2012: 11) Peter Zahler, da Wildlife Conservation Society (WCS) alerta que não só estes animais estão em risco de serem bombardeados, como também correm o risco de serem mortos por refugiados. O leopardo das neves, cuja população é inferior a 100 espécimes, pode valer mais de dois mil dólares americanos no mercado negro de contrabando de peles. Esse dinheiro arrecadado pode, por sua vez, ajudar refugiados afegãos a pagar um acesso seguro para o Paquistão (Frank, 2010). Também, outras espécies ameaçadas, como grous e pelicanos, dependem de áreas no Afeganistão para descansar e encontrar comida durante as migrações sazonais. Distúrbios causados por bombardeios, sobrevoos de aeronaves e atividades militares podem levar as aves a partir dessas áreas causando uma possível morte por exaustão. (Salman, 2002) Flamingos que costumavam reproduzir-se no Afeganistão também não são vistos no Afeganistão há décadas. (Schroder, 2014: 484) Apenas em 2009 é que o primeiro parque nacional do país em Band-e-Amir foi estabelecido. (Hook, 2012)

A chegada de um grande número de refugiados (quase mais de 3 milhões desde 2001) e deslocados internos veio criar uma pressão intensa sobre o meio ambiente, por meio da dependência dos campos de refugiados aos recursos naturais limítrofes, cuja

[19] Durante a guerra no Afeganistão, o Departamento de Defesa dos EUA queimou a maior parte de seus resíduos em poços ou trincheiras ao ar livre: Esta prática levou à produção de enormes quantidades de emissões que poderiam ser perigosas. Ainda que os jornalistas americanos tenham dado cobertura a histórias de membros do serviço dos EUA que estabeleceram ligações entre o sucedido e doenças das quais foram alvos, a população civil foi totalmente ignorada pelos jornalistas. No entanto, imagens de satélite permitem demonstrar que a poluição causada pela queima de lixo também afetaria igualmente os cidadãos afegãos que morassem perto das bases militares, o que vem mostrar como a poluição é um problema não reconhecido de justiça ambiental. (Bonds, 2016)

necessidade em muito supera a disponibilidade. (Shroder, 2014: 469) O desmatamento, a erosão do solo devido ao pastoreio excessivo da pecuária refugiada e do grande número de pessoas na área e a contaminação da água são questões sérias que afetam a saúde da vida selvagem e os próprios refugiados. Um efeito secundário dos refugiados e deslocados internos na vida selvagem é que espécies capazes de fugir serão levadas de habitats adequados para áreas menos habitáveis. Refugiados, em busca de comida e combustível, derrubam árvores nas poucas florestas remanescentes e vendem ou usam a madeira. Esta é uma preocupação bastante concreta numa região onde são forçados a viver em abrigos improvisados ou ao ar livre com temperaturas negativas no Inverno (Salman, 2002)

Os múltiplos impactos tiveram efeitos desastrosos no Afeganistão que perduraram no tempo. A regeneração de árvores e arbustos parou quase completamente na maioria dos lugares, a cobertura vegetal diminuiu, levando a uma grande perda de diversidade e produtividade; e a redução da cobertura vegetal e os efeitos de atropelamento dos rebanhos de animais intensificaram a erosão em todas as partes do país. (Schroder, 2014: 485) De todo este processo global de degradação ambiental o resultado é "a desertificação de uma região que pode ter tido um caráter ecológico bastante diferente no passado", cuja ausência de estudos e dados impede de saber. (*ibidem*: 486). Será no meio desta situação gravosa que o meio ambiente vai adquirir uma importância particular na reconstrução pós-conflito com vista a preservação da segurança humana, sendo o garante da sua saúde e alimentação.

3.4 Que papel para o meio ambiente na reconstrução da Paz e da Segurança Humana?

No Afeganistão, o meio ambiente foi catapultado para a proeminência em 2002, quando o *Loya Jirga* (Grande Conselho) o incluiu na agenda de reconstrução pós-conflito sob o novo governo de transição. (Johnson, 2016: 2) O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o principal parceiro internacional do governo afegão no que diz respeito ao meio ambiente, levou a cabo uma avaliação pós-conflito no mesmo ano (UNEP, 2003). Juntamente com autoridades afegãs, comunidades locais e especialistas internacionais e nacionais avaliaram o meio ambiente em 35 localidades rurais e 38 localidades urbanas por todo o país. Foram realizadas centenas de entrevistas, bem como colheita de amostras de ar, água e solo para testes ambientais. (Schroder, 2014: 469) O

PNUMA concluiu a partir desta missão que a principal causa da degradação ambiental no Afeganistão foi "a má gestão dos recursos naturais provocada pelo colapso das instituições nacionais e locais - e a solução foi reconstruir as estruturas ambientais básicas a partir do zero" (UNEP, 2009: 13).

Esforços para reconstruir as instituições ambientais do Afeganistão culminaram na passagem de um departamento do Meio Ambiente no Ministério de Irrigação, Recursos Hídricos e Meio Ambiente para uma Agência Nacional de Proteção Ambiental (NEPA) independente e autossuficiente em 2005, servindo como instituição reguladora e da política ambiental do país. (Schroder, 2014: 495) Em 2007, foi promulgada a Lei do Meio Ambiente do Afeganistão, escrito pelo PNUMA e pela União Internacional para a Conservação da Natureza, com a colaboração do Governo do Afeganistão. (Johnson, 2016: 2) Este enquadramento legislativo veio esclarecer as funções administrativas ao nível nacional e a coordenação com as autoridades provinciais, e descrever estruturas para a gestão da conservação de recursos naturais e da biodiversidade, água potável, controlo da poluição e educação ambiental. (Taylor, 2006).

Contudo, os esforços realizados no sentido de fazer face à situação acima mencionada não foram o suficiente para travar a degradação ambiental. Foram desenvolvidos materiais didáticos de componente ambiental, foram estabelecidos laboratórios de informática, traduziram-se materiais de conscientização ambiental impressos em cartazes, e realizaram-se eventos de cariz ambiental. Também programas de gestão e treino dos *media*, e até mesmo uma limpeza do Rio Cabul foi levado a cabo. (Schroder, 2014: 496) Igualmente, especialistas do PNUMA treinam e orientam a equipa da Agência Nacional de Proteção Ambiental, fornecendo assistência técnica e aconselhamento conforme necessário. (Schroder, 2014: 494) Mas esforços mais substanciais com implicações concretas foram escassos. Em parte, tal foi dificultado pela miríade de orientações para projetos. O Quadro Nacional de Desenvolvimento (2002) não menciona o meio ambiente e a Estratégia de Desenvolvimento Nacional do Afeganistão (2004), em resposta aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU, vem sobrepor-se ao enquadramento com objetivos fixados a 5 anos. Já em 2005, foi criado o Programa de Capacitação e Fortalecimento Institucional para a Gestão Ambiental no Afeganistão, desenvolvido em conjunto entre o PNUMA, a NEPA e financiado pela Comissão Europeia, o Governo da Finlândia e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente. (UNEP, 2003a: 3) Esses esquemas sobrepostos causaram confusão entre os planeadores,

agravados pela falta de dados básicos sobre cobertura florestal, uso de energia e outros indicadores (Taylor, 2006).

A situação atual vem exatamente mostrar como o meio ambiente foi secundarizado nas estratégias de desenvolvimento durante o pós-conflito. Foi dada uma atenção particular a preocupações com infraestrutura, como reconstruir a rede elétrica ou melhorar os sistemas de água e saneamento e higiene. Mas houve outras questões colocadas de parte. (Kovach e Conca, 2016) Ainda que, a título de exemplo, a poluição atmosférica mate mais civis por ano do que o combate armado, com mais de 3000 pessoas a morrerem em Cabul (Living on Earth), projetos em curso no setor da mineração vêm mostrar como a recuperação ambiental não é uma preocupação a longo-prazo.[20] Em 2010, certa de um trilião de doláres americanos de depósitos minerais inexplorados, incluindo ferro, cobre e lítio, foram identificados no Afeganistão e são vistos como um meio de transformar a economia do país. Em 2011, direitos de prospeção de petróleo foram concedidos à empresa estatal chinesa National Pretroleum Corportation, que se vieram juntar a contratos já estabelecidos com a Índia. (Hook, 2012) Segundo o New York Times, o Afeganistão poderia tornar-se a "Arábia Saudita do lítio"[21]. No entanto, existem preocupações sobre os impactos ambientais de tais indústrias, incluindo os efeitos sobre a qualidade da água e o uso extensivo de recursos hídricos durante o processamento de mineração - bem como se a receita gerada chegará ou não às comunidades afegãs. (Hook, 2012) O foco nas reservas minerais pode inclusive prejudicar as iniciativas de construção da Paz, ajudando a financiar grupos rebeldes a gerar ressentimentos adicionais com um governo já de si fraco. A Foreign Policy (O'Donnell, 2014), mostrou como a mineração ilegal está a financiar os Talibã e outros grupos militares. Mais recentemente, a ONG Global Witness divulgou um relatório que demonstra como a mineração de lápis-lazúli gera ressentimentos e financia grupos armados, constituindo uma ameaça à estabilidade de todo o país. (Kovach e Conca, 2016)

Quais são, então, as dificuldades que se colocam à construção de uma Paz ambiental? Primeiro, importa ressalvar que as questões de segurança comprometem a eficácia do trabalho do PNUMA, interferindo nos movimentos de pessoal viajando para o campo, visitando áreas protegidas e contactando com a população local. O país continua a

[20] O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos numa investigação em 14 províncias (2010) vem mostrar como a pobreza mata mais afegãos do que aqueles que morrem em resultado direto do conflito armado. (UNRIC)

[21] **New York Times** "U.S. Identifies Vast Mineral Riches in Afghanistan" https://www.nytimes.com/2010/06/14/world/asia/14minerals.html [consultado a 31 de maio de 2018]

ser atormentado por dispositivos explosivos improvisados, ataques com foguetes, atentados suicidas e sequestros. (UNRIC) Ainda assim, é o uso excessivo e acelerado de recursos naturais, a falta de conscientização pública e conhecimento para entender o impacto ambiental de longo prazo do uso incorreto de recursos[22], e a falta de capacidade e planeamento estratégico para superá-los que são os principais desafios. De acordo com Andrew Scanlon, diretor do PNUMA, em entrevista ao The Guardian[23], os doadores ocidentais investiram dinheiro principalmente em programas com uma visão a curto-prazo, como engenharia pesada para um "impacto rápido" e conquistar "hearts and minds", sintomático dos contratos curtos realizados (6 meses).

Ademais, com uma economia frágil e uma "fuga de cérebros" incessante, projetos nacionais de grande envergadura não são realizados (Stanikzai, 2013) Com efeito, a incapacidade do governo de fazer face às necessidades das pessoas tem causado diretamente destruição de parte do ambiente. A falta de energia, contribui para uma maior pressão sobre o desmatamento e a utilização de combustíveis fósseis. O acesso e o controle do governo nas áreas rurais para impedir o corte de florestas e apoiar pessoas com soluções não existem. (*ibidem*)

Ora, se esta secundarização do meio ambiente e da gestão dos recursos naturais tem implicações negativas a curto-prazo, a longo-prazo as consequências serão ainda mais dramáticas, sob o efeito das alterações climáticas.

3.5 Novos velhos desafios: as alterações climáticas

O Afeganistão apresenta vários desafios específicos em termos de avaliação das mudanças climáticas. As projeções climáticas para o Afeganistão exigem uma melhoria significativo devido à falta de disponibilidade de registos meteorológicos históricos que sejam de confiáveis. A isto junta-se a topografia complexa do país, o que leva a variações locais para fazer face às alterações climáticas, nomeadamente no que diz respeito à precipitação, isto é, as diferenças de relevo causam diferenças significativas em relação à

---

[22] O comércio e a caça de animais e aves para fins de consumo e entretenimento ainda são um dos principais flagelos à biodiversidade. (Stanikzai, 2013) Também os esforços dos doadores internacionais são questionáveis, com a USAid que subsidia fertilizantes e pesticidas para agricultores afegãos e usou pesticidas para erradicar as papoulas com efeitos nefastos para as populações e a biodiversidade. (TheGuardian)

[23] **The Guardian,** "How climate change is a 'death sentence' in Afghanistan's highlands": https://www.theguardian.com/world/2017/aug/28/how-climate-change-is-death-sentence-afghanistan-highlands-global-warming [consultado a 31 de maio de 2018]

média regional. Além disso, dados socioeconómicos são escassos e de baixa qualidade o que dificulta a criação de modelos que permitam realizar uma análise séria dos custos e benefícios das políticas públicas em relação às alterações climáticas, seja ao nível da mitigação ou da adaptação. Também, a falta de segurança nacional vem colocar entraves à realização de trabalho de campo para avaliar possíveis opções de resposta. (Savage, 2009: v)

Ainda assim, o Afeganistão está classificado entre os países mais vulneráveis do mundo em relação ao impacto das alterações climáticas. As previsões são o aumento de eventos extremos, como ondas de calor, inundações e secas devido à projeção de aumento da temperatura média anual do país de (Savage, 2009: vii). Efetivamente, a temperatura média anual do país está projetada para aumentar de 1,4 a 4,0 ° C até 2060, e de 2,0 a 6,2 graus até 2090. [24] Os efeitos já se fazem sentir. é provável que a seca seja considerada a norma em 2030, e não vista como um evento temporário ou cíclico. (Afghanistan, 2015: 3).

Dada a importância da agricultura para a economia do Afeganistão, representando uma fonte de rendimento para 61% dos habitantes e representando 44% do emprego, as alterações climáticas podem levar a consequências dramáticas ao nível da insegurança alimentar (WFP, 2016: 8) A vulnerabilidade do setor agrícola ao aumento da temperatura e mudanças nos padrões de precipitação é elevada e, por isso, o fracasso das colheitas devido à escassez de água e a quantidade de terra potencialmente produtiva deixada sem cultivo provavelmente aumentará. Com o aumento da evaporação do solo, a redução do fluxo do rio a partir do derretimento precoce da neve e a menor frequência de chuva durante as épocas de pico do cultivo, a escolha de culturas sofrerá uma transformação: as culturas mais intensivas em água tornar-se-ão menos atrativas para os agricultores, com um provável aumento na atratividade das que são mais resistentes à seca, incluindo a papoila do ópio. (Savage, 2009: viii)

Para além disso, os efeitos cumulativos de secas mais frequentes e intensas sobre reservatórios e águas subterrâneas podem ameaçar o abastecimento de água de comunidades inteiras nas regiões mais áridas do Afeganistão, "levando a uma série de crises humanitárias, incluindo doenças, deslocamentos populacionais e conflitos" (*ibidem*). Há um aumento do risco de inundações repentinas, devido ao aumento nas temperaturas de inverno e primavera, o que levará a um derretimento da neve mais rápido e mais cedo.

Também, devido às secas que endurecem o solo e reduzem a sua permeabilidade, o impacto das inundações será maior. (*ibidem*)

A capacidade do Afeganistão de se adaptar aos desafios das alterações climáticas é limitada. De acordo com a avaliação do próprio governo "não só falta a base de dados necessária, mas também a capacidade e perícia humana e institucional, bem como a consciência ambiental básica, tanto dentro das suas instituições governamentais como entre a população em geral" (Afghanistan, 2015 :5) Sob essas circunstâncias, o perigo é que o financiamento, proveniente Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, não possa ser usado de forma eficaz, sendo desviado por canais corruptos. Em termos de conteúdo, os programas relacionados às alterações climáticas permanecem marginais, quando comparados com os esforços que são realizados em termos de educação, saúde e infraestrutura básica, visto como mais prioritários. (Reliefweb) Embora os planos setoriais permitam fornecer atividades que abordem os pontos de rutura ao nível das alterações climáticas existentes, eles não fornecem uma estratégia para lidar com uma maior gravidade e frequência, não sendo suficientes para fazer face aos cenários futuros estabelecidos (Schroder, 2014: 514).

Em jeito de síntese, as três vagas de violência que atingiram o Afeganistão causaram graves danos ao país. Seja no plano político, socioeconómico ou psicológico, o impacto da guerra na vida concreta das pessoas trouxe consequências que ainda perduram até aos dias de hoje. Ora, a relação da guerra com o meio ambiente não foi diferente. As sucessivas ondas de violência destruíram não só o meio ambiente enquanto fonte de recursos naturais (através da destruição das florestas, da fauna e flora, dos sistemas de irrigação entre outros) mas também o meio ambiente enquanto fim em si mesmo, destruindo a biodiversidade de um país longamente ausente dos circuitos industriais mundiais. Por sua vez, a saúde dos afegãos também se viu impactada. Não apenas pela redução do sustento económico de um país dependente da agropecuária, mas também pelo impacto direto das condições ambientais degradas como a poluição atmosférica ou a ausência de gestão de resíduos. Seria assim de esperar que na (re)construção da Paz, a reparação dos danos ambientais fosse um dos principais vetores para impedir a recaída no conflito e não ocupar apenas uma posição secundaria dentro do modelo de reconstrução da Paz. Na verdade, o meio ambiente e os recursos naturais foram secundarizados pela comunidade internacional e pelo governo afegão, tendo sido dado prioridade a outros setores mais tradicionais, tal como a capacitação institucional ou a redução do cultivo de

estupefacientes. Ainda que atividades tenham sido desenvolvidas como a criação de parques nacionais ou uma Lei ambiental previamente inexistente, os esforços não correspondem às necessidades. Tal fica bem patente no impacto das alterações climáticas que já se fazem sentir no país, que vêm agravar ainda mais as consequências danosas que uma marginalização do meio ambiente tem na vida quotidiana das pessoas, constantemente confrontados à precariedade e à violência.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve por objetivo averiguar de que modo os conflitos violentos e prolongados atuam sobre o meio ambiente e sobre os recursos naturais, explorando deste modo a centralidade do pilar do meio-ambiente como eixo fundamental do modelo de *Peacebuilding*. Especificamente, pretendeu-se, por um lado, explorar de que modo o meio ambiente e os recursos ambientais são essenciais para a garantia da segurança humana e, na ausência da sua ponderação, constitutivos de vetores de insegurança. Por outro, foi objetivo desta dissertação investigar de que modo estes elementos têm sido e devem ser incluídas no atingimento de uma paz positiva no seio das comunidades locais. Com efeito, se uma dimensão ambiental não for incluída nos esforços de (re)construção da Paz, há um

risco de (re)emergência da instabilidade e da conflitualidade violenta, uma vez que põe em cheque várias dimensões da segurança humana das comunidades em causa, constituindo-se, assim, elementos geradores e perpetuadores de violências.

Através de uma metodologia qualitativa centrada na análise do estudo de caso do Afeganistão, esta dissertação validou o seu argumento através da demonstração das interações entre o meio ambiente e os conflitos, e o meio ambiente e a construção de uma Paz sustentável.

De uma forma geral e no caso concreto do Afeganistão, verificou-se, em primeiro lugar que o meio ambiente é uma vítima de primeira ordem dos conflitos violentos. A destruição levada a cabo pela guerra vai impacta-lo em todas as suas componentes: desde a poluição atmosférica, à degradação do solo, passando pela perda irreversível da biodiversidade. No caso do Afeganistão, a guerra destruiu grande parte da infraestrutura agrícola afetando a segurança alimentar e económica. A apropriação dos terrenos para cultivo de ópio para os mercados internacionais pelos senhores da guerra deteriorou a segurança pessoal. Com efeito, para além da violência direta causada pela guerra, enraizou-se também uma violência estrutural e cultural que afetou sobretudo as camadas mais pobres da população.

Em segundo lugar, o impacto da guerra sobre o meio ambiente traduz-se invariavelmente por um impacto na saúde humana, pelas toxinas libertadas, pela destruição da infraestrutura e até mesmo pela facilitação da propagação de doenças infeciosas. Especificamente, no caso do Afeganistão, demonstrou-se que que a destruição da cobertura florestal ou a presença de viaturas militares impactou a segurança na saúde através do aumento do dióxido de carbono e outros poluentes na atmosfera. Mais, a destruição dos canais de irrigação afastou as populações locais de fontes de água potável, resultando num aumento das doenças infeciosas. Também, a destruição da infraestrutura de gestão de rios e resultou em epidemias de doenças como a malária.

Deste modo, ficou clara a importância que o meio ambiente deve adquirir na construção de uma Paz positiva. Como evidenciada, a sua inclusão nos esforços de Paz pode ocorrer através da sua suma importância (1) para a reconstrução de uma economia viável, (2) para a elaboração de meios de subsistência sustentáveis e (3) por permitir a instalação de dinâmicas positivas de cooperação entre as partes conflituantes. Porém, as experiências de *Peacebuilding* e, em particular, a experiência no Afeganistão mostra como

a esfera ambiental e dos recursos naturais é negligenciada como uma área acessória ou mesmo inexistente. Demonstrou-se que os esforços realizados, ainda que inseridos num discurso de Paz positiva, pecam pela sua ambição e efeitos. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente foi perentório na sua análise: o meio ambiente foi uma das principais vítimas de conflitos que se sucederam em vagas de violência. Ainda que efetivamente tenha tido lugar a institucionalização de um quadro legal e estruturas que permitissem a aplicação da lei, os meios alocados foram poucos e os resultados dececionantes. Pequenas ações foram realizadas como desenvolvimento de material didático ou a limpeza do rio da capital. Mas mais uma vez, as preocupações dos doadores internacionais centraram-se em projetos de infraestrutura ou projetos a curto-prazo com ganhos rápidos que vêm apenas agravar a situação ambiental, como é o caso no setor da mineração. Ficaram de fora possíveis projetos relacionados com energias renováveis, projetos de reflorestação, de proteção da biodiversidade, de transição energética, entre outros. Assim, põe-se em evidencia o desfasamento entre um discurso progressista que se pauta pela inclusão do meio ambiente como vetor primordial de (re)construção de uma Paz positiva e garante da Segurança Humana, e a sua aplicação no terreno que se mostrou ineficaz.

Ficando exposto a importância do meio ambiente na (re)construção da Paz e a forma como ele tem sido secundarizado até então, defende-se a criação de um pilar ambiental no modelo de reconstrução da Paz das Nações Unidas. Com efeito, a sua parca inclusão, integrado nos restantes quatro pilares, levou a que a devida importância não lhe tenha sido reconhecida. Será apenas através de um enquadramento legal explícito e os devidos meios alocados que uma Paz positiva e Segurança Humana poderão ser alcançadas. De outra maneira, fica restrito à esfera de *wishful thinking*. Com as mudanças produzidas pelas alterações climáticas abre-se, infelizmente, cada vez mais o espaço político para reforçar substancialmente a preponderância do meio ambiente no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adams, Bill (2001) Green Development: environment and sustainability in the Third World, 2nd edition, Routledge. 257pp.

Afghanistan, Islamic Republic of (2015) "Intended Nationally Determined Contribution

Austin, Jay e Brunch, Carl (2000) "Introduction" in Austin, Jay e Brunch, Carl (eds.) The environmental consequences of war: Legal, Economic and Scientific Perspectives, Cambridge University Press, 691p.

Austin, Jay e Brunch, Carl (2000) The environmental consequences of war: Legal, Economic and Scientific Perspectives, Cambridge University Press, 691p.

Azimi, Ali (2007) "Environment Assessment for ADB's Program in Afghanistan" in Country Partnership Strategy, Asian Development Ban

Banco Mundial (2014) Afghanistan Poverty Status Update : Progress at risk, Banco Mundial

Banco Mundial "GDP per capita (current US$)" https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD [consultado a 23/05/2018]

Bazzano, Ariana (2014) "Segurança humana: o discurso 'para' ou 'da' periferia ? ", Inter-Relações , 41 – 53.

Binningsbø, Helga e Rustad, Siri (2008) Prio Working Paper "Resource conflicts, resource management and post-conflict peace" da Universidade de Uppsala e do International Peace Research Institute, Oslo.

Biswas, Asit (2000) "Scientific assessment of the long-term environmental consequences of war" in Austin, Jay e Brunch, Carl (eds.) The environmental consequences of war: Legal, Economic and Scientific Perspectives, Cambridge University Press, 691p.

Bonds, Eric (2016) "Legitimating the environmental injustices of war: toxic exposures and media silence in Iraq and Afghanistan" in Environmental Politics, Vo.25, No.3 pp.395-413

Booth, Ken (1991) 'Security and Emancipation'. Review of International Studies 17(4): 313-326.

Booth, Ken (2007) Theory of World Security. Cambridge University Press.

Booth, Ken e Hansen, Lene (2009) The Evolution of International Security. Cambridge University Press

Brown, Oli (2013) "Encouraging Peace-building through Better Environmental and Natural Resource Management"in Energy, Environment and Resources, Chatham House

Bruch, Carl e Woolsey, Patrick (2014) Environmental Peacebuilding: Constructing a More Durable Peace http://buildingpeaceforum.com/2014/08/environmental-peacebuilding-constructing-a-more-durable-peace/ [consultado a 26/03/2018]

Buzzan, Barry; Wæver, Ole; Wilde, ⍰ Jaap de (1998) Security: A New Framework for Analysis

Carius, Alexander (2006) "Environmental Cooperation as an Instrument of Crisis Prevention and Peacebuilding: Conditions for Success and Constraints" apresentado na

Berlin Conference on the Human Dimensions of Global Environmental Change "Resource Policies: Effectiveness, Efficiency, and Equity" Berlim, Novembro 17-18, 2006

Carlisle, Rodney (2010) Afghanistan War (America at War), Chelsea House Pub, 178p.

CIA: Central Intelligence Agency "The World Factbook – Afghanistan": https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/af.html

Clements, Frank (2003) Conflict in Afghanistan: An Encyclopedia (Roots of Modern Conflict), ABC-CLIO, 377p.

CNN "Transcript of President Bush's address" http://edition.cnn.com/2001/US/09/20/gen.bush.transcript/

Collier, Paul (2010) "The Political Economy of Natural Resources" in Social Research Vol. 77, No. 4, From Impunity to Accountability: Africa's Development in the 21st Century, p.1105-1132

Conca, Ken e Dabelko, Geoffrey (2002) Environmental Peacemaking, Woodrow Wilson Center Presswith Johns Hopkins University Press

Conca, Ken e Wallace, Jennifer (2013) "Environment and Peacebuilding in war---torn societies: Lessons from the UN Environment Programme's experience With post-conflict assessment" in Jensen, David e Lonergan, Steve (eds.) Assessing and Restoring Natural Resources in Post-conflict Peacebuilding London: Easthscan

Cravo, Teresa de Almeida (2009) "Segurança Humana: Indícios de uma mudança paradigmática?" in Nasser, Reginaldo Mattar (eds.) Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões. Editora UNESP

Crew, Robert e Tarzi, Amin (2008) The Taliban and the Crisis of Afghanistan, Harvard University Press, 448p.

De Bahl, John (2014) "Security: An Essentially Contested Concept?" in E-International Relations Students http://www.e-ir.info/2014/08/24/security- an-essentially- contested-concept/ [consultado a 26/10/2017]

De Soto, Alvaro e Del Castillo, Graciana (1994) "Obstacles to Peacebulding" in Foreign Policy No. 94

Del Castillo, Graciana (2008) Rebuilding War-Torn States: The Challenge of Post-Conflict Economic Reconstruction, OUP Oxford, 460p

DeWeerdt, Sara (2018), "War and the environment" in World Watch Magazine, Janeiro/Fevereiro 2008, Vol, 21 No.1

Dietrich, Wolfgang (2013) Elicitive Conflict Transformation and the Transrational Shift in **Peace Politics, Palmgrave Macmillan**

Dresse, Anais et al. (2016) "Moving beyond natural resources as a source of conflict: Exploring the human-environment nexus of environmental peacebuilding" in THESys Discussion Paper No. 2016-2. 1-22.

Duffield, Mark (2001) Global governance and the new wars: the merging of development and security. Zed Books. 304p.

Duffield, Mark (2005) "Human Security: Linking Development and Security in an Age of Terror"

Earle, Anton e Méndez, Ariel " An Oasis in the Desert: Navigating Peace in the Okavango River Basin" https://www.wilsoncenter.org/article/oasis-the-desert-navigating-peace-the-okavango-river-basin [consultado a 25/03/2018]

EcoPeace (2008) Environmental Peacebuilding Theory and Practice: A Case Study of the Good Water Neighbours Project and In Depth Analysis of the Wadi Fukin / Tzur Hadassah Communities, EcoPeace

EcoPeace Middle East: "Bottom-up" http://ecopeaceme.org/what-we-do/bottom-up/ [consultado a 25/10/2017]

Ewans, Martin (2005) Conflict in Afghanistan: Studies in asymmetric warfare, Routledge, 186p.

Fidler, David (2000) "War and infectious diseases: international law and the public health consequences of armed conflict" in Austin, Jay e Brunch, Carl (eds.) The environmental consequences of war: Legal, Economic and Scientific Perspectives, Cambridge University Press, 691p.

Formoli, Tareq (1995) "Impacts of the Afghan–Soviet War on Afghanistan's Environment" in Environmental Conservation, Vo.22, No.1, pp.66-69

Frank, Joshua (2010) "The War on Afghanistan's Environment" in Counterpunch, https://www.counterpunch.org/2010/01/07/the-war-on-afghanistan-s-environment/ [consultado a 31 de maio de 2018]

Freire, Raquel et al. (2009) "A Securitização de Políticas; Ambientais: o Caso do Darfur" in Nação e Defesa, 4ª Série, Nº 123

Galtung, Johan (1969) "Violence, Peace, and Peace Research" International Peace Research Institute, Oslo

Galtung, Johan (1996) "Violence, Peace, and Peace Research" International Peace Research Institute, Oslo

Global Security: "Operation Enduring Freedom – Operations" https://www.globalsecurity.org/military/ops/enduring-freedom-ops.htm

Goodson, Larry P. (2001) Afghanistan's Endless War: State Failure, Regional Politics, and the Rise of the Taliban. University of Washington Press

Hashmat, Sayed (2015) "Factors Destroying the Environment in Afghanistan" in Berkeley BEAHRS Environ,ental Leadership Program, https://beahrselp.berkeley.edu/newsletter/factors-destroying-the-environment-in-afghanistan/ [consultado a 31 de maio de 2018]

Homer-Dixon, Thomas (1994) "Environmental Scarcities and Violent Conflict: Evidence from Cases" in International Security No.1, p.5-40

Hook, Lisa (2012) "The Future of Afghanistan's Natural Resources" in The Asian Foundation, https://asiafoundation.org/2012/04/18/the-future-of-afghanistans-natural-resources/ [consultado a 31 de maio de 2018]

Ide, Tobias (2017) "Space, discourse and environmental peacebuilding" in Third World Quarterly Vol. 38, No. 3, 544–562

International Crisis Group (2003) Peacebuilding in Afghanistan: International Crisis Group

International Crisis Group (2011) Aid and Conflict in Afghanistan: International Crisis Group

Jacoby, Jessica (2000) "Introduction" in Austin, Jay e Brunch, Carl (eds.) The environmental consequences of war: Legal, Economic and Scientific Perspectives, Cambridge University Press, 691p.

Johnson, Mackenzie (2016) "Institutional change in a conflict setting: Afghanistan's Environment Law" in European Journal of International Relations, Vol.23, No.1

Kaldor, Mary (1999) New and Old Wars. Cambridge: Polity Press.

Kaldor, Mary (2004) New and Old Wars. Cambridge: Polity Press.

Kaldor, Mary (2013) "In defence of New Wars" in Stability Journal of Security and Development, 2(1), p.Art.4.

Kaldor, Mary (2014) The Handbook of Global Security Policy. John Wiley & Sons, Ltd.

Kaur, Supreet (2014) Peaceful environment, environmental peace? https://www.peaceinsight.org/blog/2014/03/environment-peace/ [consultado a 26/03/2018]

Keen, David (2012) Useful enemies: When waging war is more important than winning them. New Haven: Yale University Press.

Kemer, Thaíse; Pereira, Alexsandro Eugenio; Blanco, Ramon (2016) "A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding" Revista de Sociologia e Política, V.24, nº60, 137-150

Keohane, Robert; Nye, Joseph (1977) Power and Interdependence: World Politics in Transition, Little Brown and CompanyGaltung, Johan (1990) "Cultural Violence" Journal of Peace Research, Vol. 27, No. 3.

Klass, Rosane (1988) "Afghanistan: The Accords" in Foreign Affairs, Summer 1998

Kovach, Tim e Conca, Ken (2016) "Environmental Priorities in Post-Conflict Recovery: Efficacy of the Needs-Assessment Process" in Journal of Peacebuilding & Development, Vol.11, No.2

Krampe, Florian (2017) "Toward Sustainable Peace: A New Research Agenda for Post-Conflict Natural Resource Management" in Global Environmental Politics, Vol.17 No.4, 1-8

Krause, Keith e Williams, Michael (1997) Critical Security Studies. UCL Press

Lawrence, Michael et al. (2015) "The effects of modern war and military activities on biodiversity and the environment" in Environmental Reviews 23(4) 443-460

Le Billon, Philippe (2001) "The political ecology of war: natural resources and armed conflicts" in Political Geography Vol. 20 No. 5 561-584

Leaning, Jennifer (2000) "Tracking the four horsemen: the public health approach to the impact of war and war-induced environmental destruction in the twentieth century" in

Austin, Jay e Brunch, Carl (eds.) The environmental consequences of war: Legal, Economic and Scientific Perspectives, Cambridge University Press, 691p.

Lederach, John Paul (1997) Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies, U.S. Institute of Peace

Lesley, Ogden (2018) "Environmental Peacebuilding" in BioScience, Vol. 68, No. 3, 157–163

Living on Earth "War's Toll on Afghanistan's Environment" http://www.loe.org/shows/segments.html?programID=11-P13-00027&segmentID=5 [consultado a 31 de maio de 2018]

Lopes, Paula Duarte; Freire, Maria Raquel (2008) Reconceptualizar a paz e a violência: Uma análise crítica, Revista Crítica de Ciências Sociais, 82, Setembro 2008: 13-29

Mac Ginty, Roger (2011) International Peacebuilding and Local Resistance Hybrid Forms of Peace, Palgrave Macmillan

Malloch-Brown, Mark (2008) "Opium production in Afghanistan" in The BMJ, 336

Marine Corps Institute (2003) Afghanistan: An introduction to the country and people. Marine Barracks, Washington, D.C.

Mason, Michael (2014) "Climate insecurity in (post)conflict areas: the biopolitics of United Nations vulnerability assessments" in Geopolitics, 1-28

Matthew, Richard e Hammilla, Anne (2013) "Peacebuilding and adaptation to climate change" in Jensen, David e Lonergan, Steve (eds.) Assessing and Restoring Natural Resources in Post-conflict Peacebuilding London: Easthscan

McDonald, Matt (2012), Security, the Environment and Emancipation: Contestation over Environmental Change, Routledge.

McNeely, Jeffrey (2000) "War and biodiversity: an assessment of impacts" in Austin, Jay e Brunch, Carl (eds.) The environmental consequences of war: Legal, Economic and Scientific Perspectives, Cambridge University Press, 691p.

Middle East Research and Information Project "Afghanistan Refugee's crisis" https://www.merip.org/mero/mero092401 [consultado a 23/05/2018]

Moura, Tatiana (2005) "Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e politicos" Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, Junho 2005: 77-96

Nações Unidas (1998a), Resolution A/RES/52/13: Culture of Peace. United Nations Resolutions. http://www.un-documents.net/a52r13.htm [consultado em 25/10/2017].

Nações Unidas (1998b), Resolution A/RES/53/243: Declaration and Programme of Action on a Culture of Peace. United Nations Resolutions. http://www.un-documents.net/a52r13a.htm [consultado em 25/10/2017].

Nascimento, Daniela (2014) "As estratégias de resposta a conflitos violentos e de (re)construção da paz: Uma análise crítica", Revista Crítica de Ciências Sociais, 105, 03-18

NATO: Organização do Tratado do Atlântico Norte "Resolute Support Mission in Afghanistan" https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_113694.htm

NATO: Organização do Tratado do Atlântico Norte: "NATO and Afghanistan" https://www.nato.int/cps/ic/natohq/topics_8189.htm

Newman, Edward (2010) "Critical human security studies" in Review of International Studies, Vol. 36:1, p.77-94

Nillesen, Eleanora e Bulter, Erwin (2014) "Natural Resources and Violent Conflict "in The Annual Review of Resource Economics, No.6, p.69-83

O'Donnell, Lynne (2014) "Does Afghanistan's New Mining Law Benefit Its Mafias?" in Foreign Policy, http://foreignpolicy.com/2014/09/03/does-afghanistans-new-mining-law-benefit-its-mafias/ [consultado a 31 de maio de 2018]

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico "Aid at a Glance" http://www.oecd.org/countries/afghanistan/aid-at-a-glance.htm [consultado a 23/05/2018]

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico "Aid at a Glance" http://www.oecd.org/countries/afghanistan/aid-at-a-glance.htm [consultado a 25/09/2017]

OXFAM "The Cost of War: Afghan Experiencies of Conflict, 1978-2009" https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/afghanistan-the-cost-of-war.pdf [consultado a 22/10/2017]

Paris, Roland (1997) "Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism" International Security, Vol. 22, No. 2 (Outono, 1997), 54-89

Paris, Roland (2001) "Human Security: Paradigm Shift or Hot Air?" in International Security. Vol 26 (2), 87-102

Paris, Roland (2002) "International Peacebuilding and the "Mission Civilisatrice" in Review of International Studies, No.28:4: 637-656

Paris, Roland (2004) At War's End: Building Peace After Civil Conflict. Cambridge University Press.

Parry, Martin, et al. (eds.) Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, Cambridge, UK: Cambridge University Press

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994) Human Development Report 1994. Oxford University Press.

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento "Human Development Reports" http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/AFG [consultado a 22/10/2017]

Pureza, José Manuel (2009) "Segurança humana: vinho novo em odres velhos?" in Nasser, Reginaldo Mattar (eds.) Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões. Editora UNESP

Pureza, José Manuel (2009) "Segurança humana: vinho novo em odres velhos?" in Nasser, Reginaldo Mattar (eds.) Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões. Editora UNESP

Pureza, José Manuel (2009b) "Editorial" in P@X Boletim Online, No.11, p.1

Pureza, José Manuel; Moura, Tatiana (2005) "Violência(s) e guerra(s): do triângulo ao continuum" Revista Portuguesa de História, 37. 45-63

Pureza, José; Cravo, Teresa (2005) "Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz " in Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, Junho 2005: 5-19

Reliefweb "Before the Paris Conference: The state of Afghanistan's climate and its adaptation capability" https://reliefweb.int/report/afghanistan/paris-conference-state-afghanistan-s-climate-and-its-adaptation-capability [consultado a 31 de maio de 2018]

Richmond, Oliver (2002) Maintaining Order, Making Peace. Palgrave MacMillan

Richmond, Oliver (2005) "Peace and Development: Strange Bedfellows?" International Studies Review, 7, 437-440

Richmond, Oliver (2005) The Transformation of Peace. Palgrave MacMillan

Richmond, Oliver (2010) Failed Statebuilding: Intervention, the State, and the Dynamics of Peace Formation. Yale University Press.

Richmond, Oliver P., Mitchell, Audra (2012) Hybrid Forms of Peace From Everyday Agency to Post-Liberalism, Palgrave Macmillan

Robbins, Paul (2012) Political Ecology : A Critical Introduction, Blackwell Publishing

Rogers, Paul; Ramsbotham, Oliver (1999) "Then and Now: Peace Research—Past and Future", Political Issues, Volume 47, No 47, 740-754

Rotberg, Fiona (2013) "Peacebuilding and Environmental Challenges" in Richmond, Oliver (eds.) Palgrave advances in peacebuilding: critical developments and approaches, Palgrave Macmillan

Rotberg, Fiona (2010) "Peacebuilding and Environmental Challenges" in Richmond, Oliver P. (eds) Palgrave Advances in Peacebuilding. Critical Developments and Approaches, Palgrave Macmillan

Roy, Olivier (2004) "Afghanistan: la difficile reconstruction d'un État", Cahier de Chaillot, No 73, 1-80

Runion Meredith (2007) The History of Afghanistan, Greenwood, 184p.

Saba, Daud (2001) "Afghanistan: Environmental degradation in a fragile ecological setting" in International Journal of Sustainable Development & World Ecology, Vo.8, No.4, pp.279-289

Saidajan, Abdiani (2012)"Effects of War on Biodiversity and Sustainable Agricultural Development in Afghanistan" in Journal of Developments in Sustainable Agriculture Vol.7, pp.9-13

Salman, Aneel (2002) "The Afghanistan conflict and its effects on the environment" in Taking It Global, https://www.tigweb.org/youth-media/panorama/article.html?ContentID=786 [consultado a 31 de maio de 2018]

Savage, Matthew et all. (2009) "Socio-Economic Impacts of Climate Change in Afghanistan A Report to the Department for International Development", Stockholm Environment Institute https://www.weadapt.org/sites/weadapt.org/files/legacy-new/placemarks/files/5345354491559sei-dfid-afghanistan-report-1-.pdf [consultado a 31 de maio de 2018]

Schroder, John (2014) Natural Resources in Afghanistan: Geographic and Geologic Perspectives on Centuries of Conflict, Elsevier, 592p.

Shroder, John (2014) Natural Resources in Afghanistan - Geographic and Geologic Perspectives on Centuries of Conflict, Elsevier, 592p.

Sidel, Victor et al. (2009) "Prevention of War and Its Environmental Consequences" in Environmental Chemistry, 21-39

SIGAR (2018) Quarterly Report to the United States Congress – 30 January 2018, Special Inspector General for Afghanistan , 293p.

Simokat, Christina (2008) Peace And The Environment: The Effect Of Linkages In Policy And Development Projects https://www.mediate.com/articles/simokatc2.cfm

Smith, Dan; Vivekananda, Janani (2007) A Climate of Conflitct - The links between climate change, peace and war, International Alert

Smith, Dan; Vivekananda, Janani (2007) A Climate of Conflitct - The links between climate change, peace and war, International Alert

Stanikzai, Mohammad Tawab (2013) "Afghanistan Resources: Governance Problems and Impacts" in Heinrich Boll Stiftung, https://www.boell.de/en/2013/11/06/afghanistan-resources-governance-problems-and-impacts [consultado a 31 de maio de 2018]

Stone, Christopher (2000) "The environment in wartime: an overview" in Austin, Jay e Brunch, Carl (eds.) The environmental consequences of war: Legal, Economic and Scientific Perspectives, Cambridge University Press, 691p.

Submission to the United Nations Framework Convention on Climate Change" http://www4.unfccc.int/ndcregistry/PublishedDocuments/Afghanistan%20First/INDC_AFG_20150927_FINAL.pdf [consultado a 31 de maio de 2018]

Swain, Ashok; Krampe, Florian (2011) "Stability and Sustainability in Peace Building: Priority Area for Warfare Ecology" in Machlis, Gary et al. (eds) Warfare Ecology, NATO Science for Peace and Security Series C: Environmental Security. Springer, Dordrecht

Taylor, David (2006) "New Environment Law for Afghanistan" in Environmental Health Perspectives, Vol. 114, No. 3

UNEP (2003) Post-Conflict Environmental Assessment: Afghanistan. Suíça: UNEP

UNEP (2003a) Post-Conflict Environmental Assessment, United Nations Environment Program

UNEP (2003b) Natural Resource Management and Peacebuilding in Afghanistan – Guidance chart, United Nations Environment Program

UNEP (2009) From Conflict to Peacebuilding: The Role of Natural Resources and the Environment, UNEP: Quénia

UNEP (2009) UNEP in Afghanistan: Laying the foundations for sustainable development, United Nations Environment Program

UNHCR: The United Nations High Commissioner for Refugees "Afghanistan" http://www.unhcr.org/afghanistan.html [consultado a 23/05/2018]

UNHCR: United Nations High Commissioner for Refugees "Afghanistan Fact Sheet" http://www.unhcr.org/protection/operations/50002021b/afghanistan-fact-sheet.html [consultado a 22/10/2017]

UNRIC: United National Regional Information Centre for Western Europe "Rocky road to environmental recovery in Afghanistan" https://www.unric.org/en/latest-un-buzz/29508-rocky-road-to-environmental-recovery-in-afghanistan [consultado a 31 de maio de 2018]

USIP: United States Institut of Peace (2015) Afghan Economic Policy, Institutions, and Society Since 2001, Estados Unidos da America: USIP

Vigier, Corine (2009) Afghanistan Conflict Assessment: February 20099, American Friends Service Committee

Walt, Stephen M. (1991), "The Renaissance of Security Studies" in International Studies Quarterly Vol. 35, No. 2 211-239

Waltz, Kenneth (1979) Theory of International Politics, McGraw Hill, 251p.

WBGU: The German Advisory Council on Global Change (2008) World in Transition: Climate Change as a Security Risk, Earthscan, London

Westing, Arthur (2013) "Environmental War: Hostile Manipulations of the Environment" in Westing, Arthur (eds.) Arthur H. Westing: Pioneer on the Environmental Impact of War, Springer Ed.

WFP: World Food Program "Climate Change in Afghanistan: What does it mean for rural livelihoods and food security?"

https://www.wfp.org/sites/default/files/WFP_UNEP_NEPA_Afghanistan_Impacts_climate_%20change.pdf [consultado a 31 de maio de 2018]

Wiberg, Håkan (2005) "Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro", Revista Crítica de Ciências Sociais, 71, 21-42.

Williams, Paul D. (2008) Security Studies: An Introduction. Routledge

Wyn Jones, Richard (1999) Security, Strategy, and Critical Theory. Lynne Rienner Publishers